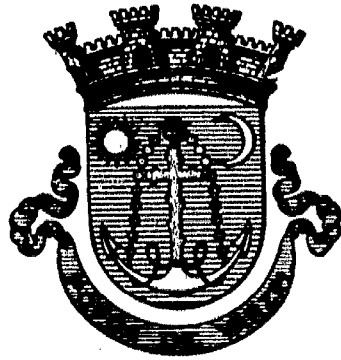


PÓVOA DE VARZIM

BOLETIM CULTURAL



NÚMERO COMEMORATIVO DO I CENTENÁRIO
DO NASCIMENTO DE ROCHA PEIXOTO

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

Há muito que estudar e poucos
são os que trabalham; mas
embora fossem muitos, Portugal
chega para todos.

ROCHA PEIXOTO

(1866 — 1909)

Neste ano em que se celebra o I centenário do nascimento de Rocha Peixoto, não podia o Boletim Cultural Póvoa de Varzim deixar de lembrar, condignamente, a figura do brilhante e erudito poveiro que tanto amou a sua terra natal e tanto a prestigia. É fá-lo não só tendo em conta a categoria científica do homenageado, polígrafo notável e etnógrafo dos grandes, mas recordando também o sentido pedagógico do seu exemplo — uma inteligência aberta e uma vida dinâmica postas por inteiro ao serviço da colectividade!

Com alegria e persistência foi organizado o presente número do Boletim. Ele não existiria, porém, sem o precioso auxílio dos seus ilustres colaboradores, aos quais os melhores agradecimentos, antes de mais nada, são devidos. Merecem especial relevo a imediata boa vontade com que estes estudiosos aceitaram o convite que se lhes dirigiu e o tema que individualmente se lhes propôs, o entusiasmo com que se sujeitaram a trabalhos de investigação, a concordância que sempre deram a sugestões e pedidos. No meio das cansativas solicitações profissionais e sociais que os cercam, provaram tão distintos e generosos colaboradores o seu apreço pela lição de Rocha Peixoto. Alguns responderam mesmo que, por se tratar de uma homenagem ao activo obreiro da Portugalia, lhes não seria possível apresentar quaisquer argumentos justificativos de uma escusa! Embora. Porque a todos muito se fica devendo, aqui se renova, públicamente, a expressão do mais fundo reconhecimento.

Num preito de saudade, registe-se ainda o inesperado desaparecimento, pela força da morte, de outros dois colaboradores que haviam

sido escolhidos: o crítico de arte Dr. Manuel de Figueiredo, director do Museu Nacional de Soares dos Reis, que ia evocar a acção de Rocha Peixoto no antigo Museu Municipal do Porto, e o etnógrafo D. Sebastião Pessanha, que concordara em testemunhar a influência do autor de As Olarias de Prado na geração da revista Terra Portuguesa. É de lamentar a falta destes prometidos estudos. O Porto, na verdade, anda actualmente esquecido daquilo que o Museu Nacional de Soares dos Reis deve ao esforço de Rocha Peixoto aquando conservador do desaparecido Museu Municipal da cidade. E de como a Portugalia influiu na formação ergológica da gente da Terra Portuguesa, D. Sebastião Pessanha — então o mais representativo sobrevivente dos colaboradores da última revista — ainda pôde declarar, a quem subscreve estas linhas, em carta de 3 de Outubro de 1965: «Há 50 anos, a Portugalia e o núcleo famoso dos seus dirigentes e colaboradores bailavam no espírito de todos nós, e a Terra Portuguesa não foi mais, ou pretendeu ser, do que uma sua continuadora».

Inicialmente pensou-se publicar os artigos deste número pela ordem alfabética do nome dos seus autores. Todavia, nem todos os originais chegaram a tempo de, ao começar-se o trabalho da impressão, se poder respeitar aquele critério. Resolveu-se, assim, seguir uma ordenação diferente, onde, em certa medida — e dentro das possibilidades permitidas pela sucessiva chegada dos originais —, se analisa o desdobrar das principais actividades de Rocha Peixoto.

De assuntos diversos, e escritos, em geral, por especialistas, os artigos agora publicados trazem importantes elementos para um conhecimento mais perfeito da obra e do carácter do mestre das

Formas da vida comunalista em Portugal. Bom é que tais elementos sejam dados à luz na Póvoa de Varzim, e numa publicação periódica local. Rocha Peixoto dedicou o maior interesse e carinho à terra em que nasceu, justificando todas as homenagens dos seus conterrâneos. Por isso já num número anterior do Boletim se recordou algo do que o cientista fez pela Póvoa. Mas a própria história cultural da povoação lhe ficou ligada! Efectivamente, em Rocha Peixoto teve início o movimento de investigações etnográficas que, depois, atrás de Cândido Landolt e de Santos Graça — ambos incitados pelo autor das Notas sobre a Malacologia Popular —, jamais deixou, praticamente, de existir na vila. Da divulgação dos estudos históricos de Alberto Sampaio, na qual Rocha Peixoto se empenhou, surgiu entre os poveiros a valorização do período medieval da sua terra e o conceito da fundamentação socio-económica dos acontecimentos do passado — aspectos de que Manuel Silva viria a ser o ensaísta mais acabado. Por outro lado, o zelo posto pelo homem da Portugalia na exploração e defesa do património arqueológico e artístico da vila e do concelho despertaram curiosidades que ainda ecoam em Fernando Barbosa. E não esqueçamos as investigações que, inspiradas nos textos dos pesquisadores locais, foram realizadas, sobre temas poveiros, por estudiosos de fora da Póvoa de Varzim.

Verdadeira imortalidade é esta, a de um espírito se projectar, no tempo, através do pensamento e do trabalho das gerações que se lhe sucedem.

Flávio Gonçalves

em 1899, e que bem pode considerar-se um marco na história da cultura portuense e portuguesa. Deve-se ao entusiasmo e paixão intelectual de Ricardo Severo (Director), Rocha Peixoto (Redactor em Chefe) e Fonseca Cardoso (Secretário), antigos Rapazes da Sociedade Carlos Sibeiro, a que se juntou, mais tarde, José Fortes⁽⁴⁰⁾. O sub-título — *Materiaes para o estudo do povo portuguez* — indica o pensamento dos fundadores.

Publicaram-se dois grossos volumes (1899 a 1908). Com a morte de Rocha Peixoto, seu principal animador, morreu também a revista. Nela colaboraram os nomes cimeiros da cultura portuguesa da época. Em assuntos de carácter arqueológico regista a importantíssima colaboração de Martins Sarmento, Santos Rocha, Ricardo Severo, José Fortes, Fonseca Cardoso, Alberto Sampaio, Rocha Peixoto, Vieira da Natividade, P.º José Brenha, A. Pereira Lopo, José de Pinho, P.º Sousa Maia e outros, que nela deixaram preciosos materiais arqueológicos para o estudo do povo português.

Esse monumento imorredouro levantado à causa da história, arqueologia, etnografia e às ciências auxiliares e afins das mesmas, deve em grande parte, a sua vida e existência ao entusiasmo e trabalho de Rocha Peixoto. Por esse motivo, e por mais um título, ele é um dos grandes obreiros da arqueologia em Portugal.

*

Rocha Peixoto desenvolveu uma actividade verdadeiramente extraordinária. Morreu jovem, com quarenta e três anos incompletos.

Não pôde executar o seu sonho. A pesar disso, realizou e deixou uma obra notabilíssima. Com os traços enunciados, que muito mais se poderiam ampliar, apenas se quis esboçar a acção que desenvolveu no domínio da arqueologia. Nos outros campos — e tantos são! — penas mais cuidadas dirão mais e melhor.

⁽⁴⁰⁾ A criação da Portugalia está na linha do pensamento que levou os Rapazes de 1887 a fundar a *Sociedade Carlos Ribeiro*, e, depois, a revista da Sociedade. Ricardo Severo que tinha ido ao Brasil e havia regressado «concertou com os dois queridos amigos Rocha Peixoto e Fonseca Cardoso a substituição daquela publicação (*Revista das Sciencias Naturaes e Sociaes*) por outra que, sob todos os aspectos, se impusesse ao mundo culto e redimisse Portugal da gélida — se não desprezível — indiferença que então lhe inspirava nos domínios da intellectualidade e do saber. Retomavam assim o sonho de rapazes para erguer um monumento de investigação e análise sobre as origens da Nação» (Manuel Monteiro — *Portugalia* in «O Tripeiro», V.ª Serie, ano V.º Porto, 1949, pág. 151. Ver também Flávio Gonçalves, *Rocha Peixoto*, ob. cit., pág. 19).

Rocha Peixoto e a Etnologia

por ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA

Não é fácil conjecturar o que a Rocha Peixoto teria sugerido o título desta palestra. A palavra *Etnologia*, ainda hoje de sentido vário conforme os diferentes países e escolas, era no seu tempo tomada em acepções muito diversas; e, ao contrário do que acontece com Adolfo Coelho e, mais tarde, Leite de Vasconcelos, Rocha Peixoto não deixou qualquer escrito em que formulasse os conceitos teóricos basilares da ciência em que se integrava a investigação fundamental a que consagrou a sua vida, breve mas intensamente laboriosa e produtiva, e que com o seu contributo ele próprio ajudou a definir. O progresso atingia então o mundo que o rodeava, fascinante de variedade e pitoresco, destruindo aos poucos as formas ancestrais, por vezes milenárias, que até aí haviam subsistido intactas através dos séculos, e a que a sua erudição conferia um sentido histórico universal. Urgia acima de tudo não deixar que esse tesouro vivo de razões e ensinamentos desaparecesse sem ter sido resgastado, fixado, estudado: foi essa a missão de que deliberadamente se incumbiu, qualquer que fosse o nome que a especulação científica lhe viesse a dar.

Uma coisa parece contudo poder dizer-se: é que Rocha Peixoto nunca a si próprio se considerou um «etnólogo», mas sim um «etnógrafo». Para todas as orientações, a Etnologia é sempre uma ciência de princípios gerais e de sínteses, enquanto que a Etnografia o é descritiva e sobretudo de análise. É esse na verdade o carácter dos escritos de Rocha Peixoto sobre as formas tradicionais da vida do povo, que aliás ele mesmo agrupou as mais das vezes expressamente sob a rubrica de Etnografia.

Na *Revista de Ciências Naturais e Sociais* além das várias Secções das Ciências Naturais — Botânica, Zoologia, Antropologia (onde figura o artigo de Rocha Peixoto sobre «A Tatuagem em Portugal»), etc. — e de certas disciplinas especiais, como a Arqueologia, Filologia e outras, aparecem as duas secções diferenciadas de *Etnografia* e *Etnologia*, esta compreendendo a Paleoehtnologia; e

as «Notas sobre Malacologia Popular», de Rocha Peixoto, estão incluídas na *Etnografia*, ao lado dos estudos de Adolfo Coelho sobre «O Quebranto» e sobre «A Caprificação», (em cuja introdução este Autor, de acordo com as classificações psicológicas e étnicas dos sentimentos, de Spencer e Sergi, estabelece uma classificação geral dos fenómenos etno-folclóricos); a *Etnologia* inclui os estudos de Adolfo Coelho «Sobre os conhecimentos étnicos dos Gregos e dos Romanos» (em cuja introdução o Autor expõe semelhantemente o seu esquema de classificação destas ciências), e sobre «O suposto escandinavismo de Antero do Quental», os de Teófilo Braga sobre «O mito de Istar em uma lenda popular estremenha e asturiana», e sobre «O mito caldeo-babilónico dos amores de Istar na tradição ocidental»; e o de Martins Sarmento sobre «Os Atlantes de Diodoro Siculo»; e nada de Rocha Peixoto.

Na sistemática da *Portugália*, por seu turno, há uma secção conjunta de «*Paleoetnologia e Paleoetnografia*», e uma Secção de «*Etnografia e Folklore*»; mas não existe uma de Etnologia.

Todos os grandes estudos de Rocha Peixoto sobre estes assuntos em geral, estão incluídos na «Etnografia e Folklore»: — sobre «Os Palheiros do Litoral», «As Olarias de Prado», «A Iluminação Popular», As «*Tabulae Votivae*», «O Traje Serrano», «As Filigranas», etc. que vêm expressamente encabeçadas pelo sub-título de «Etnografia Portuguesa»; e, na «Vária», sob a mesma rubrica, os mais pequenos sobre «Origens de uma fórmula mágica», «Do emprego ainda recente de uma mó manual», «Os Cercos», «Uma Iconografia popular em Azulejos», «Sobrevivência da primitiva roda de oleiro em Portugal», «Prisões de gado», «Uma ornamentação actual de carácter arcaico», «Os cataventos», «Os Pucareiros de Ossella», etc. — ao lado de muitos outros artigos de diversos autores, alguns deles de importância capital — de Adolfo Coelho, sobre a «Pedagogia do Povo Português», de José da Silva Picão, sobre a Etnografia do Alto Alentejo, de Sousa Viterbo, sobre o Refraneiro nacional e as Candeias, de Teófilo Braga sobre a Estampa popular, de Tude de Sousa sobre os Regimes pastoris no Gerês, e de Tomás Pires, Melo de Matos, Vieira Natividade, Fernandes Tomás, etc. sobre amuletos, costumes vários, poesia, música e jogos, agricultura, caça, pesca, alfaias e indústrias caseiras, rocas, olaria, moinhos, palitos, etc.

Os breves estudos de Rocha Peixoto sobre «A Pedra dos Namorados» — lage com duas figuras encontrada na Serra Amarela, e que o autor considera uma estela tumular, ou, mais provavelmente, uma tampa de sepulcro —, sobre «O Basto» — estátua de guerreiro lusitano, que se encontra na vila de Cabeceiras de Basto, e que Leite de Vasconcelos considera também de carácter luncário —, e sobre «O Pencho de Santa Comba» — pedra com



Ex-Libris da revista *Portugália* (desenho de Enrique Casanova).

covinhas, pré-ou proto-histórica, encontrada nos Arcos de Valdevez, e que parece ser de obscuro sentido religioso —, estão incluídos na secção de «Paleoetnologia e Paleoetnografia», ao lado dos estudos de Ricardo Severo, Santos Rocha, José Brenha, Vieira Natividade, Martins Sarmiento, Alcalde del Rio, José Fortes, etc., sobre grutas, dolmens, necrópoles, e seu espólio, estações neolíticas, luso-romanas e romanas, castros, Conimbriga, arte micénica entre nós, lápides, tesouros, bronzes, jóias, torques, fibulas, etc. — temas que hoje incluiríamos na Arqueologia e Pré-história, as quais, nessa data, ainda se não haviam emancipado totalmente da antropologia étnica relativa ao passado.

Um artigo sobre «O Homem da Maça» — estátua de pedra existente junto da ermida de S. Braz, em Santa Cruz do Bispo (Matosinhos), e que, embora aparentemente recente, é objecto de práticas que o Autor considera conjecturalmente de carácter litolátrico, relacionadas com a fecundidade —, é incluído na secção geral das «Notícias», sem qualquer outra classificação disciplinar, o que de resto mal se compreende, dada a sua semelhança com os três artigos que acabamos de mencionar, que foram incluídos na Secção de «Paleoetnologia e Paleoetnografia», dos quais se distingue apenas por uma menor evidência pré-histórica.

É de notar que, nesta mesma Revista, existe uma secção individualizada de «Arqueologia e História», que inclui fundamentalmente os estudos de Alberto Sampaio sobre as Vilas e Póvoas Marítimas do Norte de Portugal, e, em «Vária», pequenos artigos de Pedro de Azevedo, Fernandes Tomás, Albano Belino, Ferreira Loureiro, Goltz de Carvalho, etc., sobre costumes avulsos dos séculos XV a XVII, epigrafia medieval e moderna na Figueira da Foz, arquitectura popular, habitação urbana, estilo manuelino, azulejos, moedas, armas, povoações litorâneas soterradas, etc.

Os estudos de Rocha Peixoto sobre «A Casa Portuguesa», publicado nos *Serões*, e sobre «As formas da vida comunalista em Portugal», publicado nas *Notas sobre Portugal* (Exposição do Rio de Janeiro) não vêm também subordinados a qualquer sub-título indicativo da classificação disciplinar em que o Autor os consideraria integrados: mas é evidente que, o primeiro deles, pela sua estrutura essencial, pelo modo como o tema é encarado e desenvolvido, se situa na mesma linha dos grandes artigos do Autor atrás referidos, em especial os «Palheiros do Litoral» (que utiliza em parte); isto é: no conceito implícito do autor, é certamente mais um estudo de carácter etnográfico. O segundo assinala um aspecto original, a que hoje daríamos o nome de etno-sociológico. E finalmente, o artigo sobre os «Apodos Tópicos», publicado na *Ilustração Trasmontana*, é igualmente encabeçado expressamente pela indicação de «Etnografia Trasmontana».

Que seriam, pois, para Rocha Peixoto, a Etnologia, a Etnografia, o Folclore? Como se definiriam no seu tempo e para ele as ordens temáticas que cabiam especificadamente nas alçadas respectivas destas disciplinas? Qual, enfim, o ambiente científico em que, relativamente a este ramo do saber, Rocha Peixoto se formara e se movia?

Época extraordinariamente fecunda e inquieta em todos os domínios do saber, e nomeadamente no que respeita às ciências do Homem, «Naturais e Sociais», é sem dúvida, em todo o mundo ocidental, esse último quartel do século XIX, que corresponde ao período académico de Rocha Peixoto, no Porto.

É então que as correntes fundamentais do conhecimento antropo-etnológico, que se foram definindo sobretudo depois de meados do século XVIII, se elaborarão em grandes sistematizações e sínteses finais, que serão o ponto de partida da especulação e da investigação ulteriores. Traçar o quadro em que se moldou a formação intelectual de Rocha Peixoto, é desfiar a história mesmo dessas correntes, a grandeza das suas aquisições, as descobertas sensacionais que se sucedem, sugerindo ou confirmando, à luz do criticismo positivista, as mais ousadas hipóteses, abrindo, à efervescência dos espíritos, perspectivas insuspeitadas; é dizer também a repercussão profunda que tudo isso teve entre nós, o entusiasmo com que foi aceite por uma pleiade de espíritos esclarecidos e de larga visão, que, na esteira dos «Vencidos da Vida», floresce então em Portugal, e da qual faz parte, entre os novos, Rocha Peixoto: esses «moços insatisfeitos e inteligentes», seguros da verdade que procuravam, receptivos a todas as inovações, ricos de ideias caldeadas pela discussão, nas tumultuosas reuniões da casa do «Moinho do Vento», bebendo não apenas as formas novas, mas o próprio espírito renovador do seu tempo, originais muitas vezes nas suas descobertas e criações pessoais; é evocar uma era em que, entre nós, se desenvolve, por todos os lados, uma actividade entusiasta de pesquisa, se desvenda o País, se precisam métodos, se reclamam reformas, se luta por sacudir a inércia retrógrada e poeirenta em que o País adormecera, acordá-lo ao vento largo e fresco que vinha da Europa, da França, da Inglaterra, da Alemanha, com o apelo duma vida plena, de um pensamento alto e poderoso.

*

Conhecer o Homem, e mesmo o Homem Natural, não é conhecer meramente os seus caracteres físicos, a anatomia, a fisiologia, a somatologia humanas.

Sem falar no seu espírito — e lembremos que Aristóteles incluía a Psicologia na sua antropologia —, há ainda que conhecer as suas origens e evolução, as suas variedades tipológicas e a distribuição destas no globo, as formas primárias e espontâneas do seu viver, o seu mundo mental e material, os seus costumes vários no espaço e no tempo, as leis gerais dos seus comportamentos e reacções.

Todos esses aspectos desde muito cedo preocuparam os eruditos; e, ao longo dos séculos, um vasto material se foi acumulando de preciosos informes, experiências e observações, raciocínios e hipóteses, algumas ainda hoje válidas, outras ultrapassadas mas tendo sido o alicerce das vindouras, e que, pouco a pouco, se organizaram em disciplinas científicas específicas.

Vão assim tomando corpo, a par da Biologia ou Zoologia humanas — a Antropologia Física —, cujos alvares remontam à mais alta antiguidade, uma Paleontologia humana, ou Paleo-antropologia, precedida de uma Arqueologia pré-histórica, que buscam as origens do Homem, de entrada apenas através dos produtos elementares da sua indústria, e, seguidamente, dos seus restos osteológicos; uma multiforme ciência étnica, compreendendo a Antropologia Étnica, a Etnologia, a Etnografia e o Folclore, que se debruçam e estudam as diferentes raças, povos ou grupos étnicos, na diversidade dos seus caracteres físicos, da sua vida mental, material e social; uma Linguística; uma Sociologia e Etno-sociologia; etc. Até meados do século XVIII, porém, estes movimentos, para lá do seu real valor, são dispersos, titubeantes, confusos, e não se tem ainda consciência de que o seu verdadeiro e mais fundo sentido é a explicação do Homem. Mas, ao mesmo tempo que, pela sua própria profusão e complexidade, se precisam os caminhos que se estão trilhando, esses movimentos, ao desenvolverem-se, interpenetram-se e relacionam-se, fecundam-se e completam-se, porque a meta de cada um é apenas uma faceta da Unidade última que é o Homem; e por isso, eles tendiam obscuramente para a sua integração numa ciência total do Homem, uma Antropologia no sentido mais amplo do termo, que se sistematizará nos finais do século XIX.

Desde as épocas mais recuadas se procurou desvendar a incógnita do aparecimento da vida sobre a Terra, e em especial a da origem do Homem; mas só em fins do século XVIII o problema se esboça em termos exactos de ciência. A *Généris* é a afirmação



Rocha Peixoto na juventude.

Clichés de Emilio Biel & C.ª (Porto).

do Princípio absoluto e da criação súbita, que tudo explica. Os chineses previram as diferentes idades da pedra e dos metais, e Lucrécio descreve a formação do Homem e a sua evolução a partir do átomo; mas, num caso e no outro, trata-se de revelações ou intuições luminosas, mas não de realidades históricas objectivas, com bases concretas de observação e experiência.

Em 1732, Jussieu apresenta à Academia das Ciências de Paris a célebre comunicação em que compara certas peças líticas encontradas no seu País, até aí consideradas como simples produtos naturais, a armas e utensílios usados pelos «selvagens» actuais, concluindo que aquelas eram igualmente obra de homens. A revelação, tomada como fantasia, é recusada; e contudo, com ela, inaugurava-se a Pré-história. Seguir-se-lhe-ão, escalonadas do final desse século até meados do seguinte, as descobertas de John Frere,

de Ami Boné, de Mac Enery, de Schmelling — sílex e restos de esqueletos humanos, a par com outros, de fauna «ante-diluviana» — que, contra a obstinação da ciência oficial da época (representada, neste campo, sobretudo — e paradoxalmente — por Cuvier, creador dos estudos de zoologia fóssil, ou da Paleontologia animal), acabam por impôr a evidência irrecusável da hipótese da existência do homem contemporâneo dessas espécies fósseis. Entretanto as descobertas prosseguem: na Dinamarca, precedendo a exploração dos Kjökkenmöddings, Thomsen encontra sepulturas sobrepostas, com instrumentos de pedra nas mais fundas, de bronze e de ferro nas superiores, todos eles dispostos intencionalmente: foi a chave para a primeira interpretação cronológica de todos esses achados, que, após a publicação das «Antiguidades» de Boucher de Perthes, permitirá a Lartet estabelecer a sua classificação em função dos restos animais a eles associados, fixando quatro eras para a humanidade pré-histórica: do urso, do elefante e rinoceronte, da rena, e do auroque (1). O homem fóssil, o homem anti-diluviano, era uma realidade científica; e, ao mesmo tempo que a Arqueologia pré-histórica, estava fundada a Paleontologia Humana.

No que se refere a Portugal, essa primeira metade do século XIX não é, na verdade, muito favorável a esta ordem de estudos. Como nota o Professor Mendes Correia (2), as invasões napoleónicas, a ausência da corte no Brasil, as guerras civis, a extinção dos núcleos monásticos, contituíram outros tantos motivos de estagnação no campo da actividade científica.

Anteriormente, porém, André de Resende, no século XVI, aludira já ao deus lusitânico Endovélico, revelado em inscrições latinas, e às ruínas de Cola, no Alentejo, e de Troia, que interessarão também, seguidamente, Agostinho de Santa Maria e Rafael Bluteau; João de Barros descreve a citânia de Briteiros, de que, antes de Martins Sarmento, outros se ocuparão depois; Manuel Severim de Faria e Frei Martins de S. Paulo observam diversos dolmens; o Padre Carvalho, na sua «Corografia», dá, em 1706, a primeira notícia da arte rupestre no País, referindo-se às pinturas do Cachão da Rapa, a que atribue natureza fabulosa; nos livros do Contador de Argote, no Dicionário, de Luiz Cardoso, nas Memórias Paroquiais, de 1758, encontram-se numerosas referências a monumentos e antiguidades. A Academia Real da História faz um primeiro inventário de antas ou dolmens; e, no final do século XVIII, Frei Manuel do Cenáculo leva a efeito pesquisas

(1) ap. Jorge Dias. Antropologia Cultural. (lições), pp. 44-47.

(2) A. A. Mendes Correia, Antropologia, in: Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.

arqueológicas, e regista as primeiras incrições ibéricas encontradas no País.

«Nas mesmas épocas, autores portugueses vários dão informes sobre as hoje tão discutidas ruínas de Zimbábue, no famoso império de Monomotapa, na África do Sudoeste», e sobre os «sambaquis» ou concheiros do Brasil, «cuja origem artificial é proclamada pelo Padre Fernão Cardim no século XVI e Frei Gaspar da Madre de Deus no século XVIII» (1).

Os informes etnográficos sobre os povos «selvagens» que se iam descobrindo, e de que já se dispunha em quantidade considerável forneciam por vezes sugestões para o estudo do homem primitivo; mas o verdadeiro significado de todos aqueles achados arqueológicos ainda não fôra pressentido.

Herculano instaura entre nós o criticismo histórico da escola alemã, e a influência que exerce nesses estudos é de uma importância decisiva. A História é outra, depois dele. Mas, no que se refere às origens étnicas do português, à Pré e Proto-história e à Paleo-anthropologia de Portugal, a sua acção directa é nula: a nossa ascendência lusitana, a figura de Viriato, atestados pelos anais romanos, são relegados a um plano pouco menos do que lendário (2). O Cardeal Saraiva, em 1830, interessando-se pelas ruínas de Troia, recomendando pesquisas arqueológicas sistemáticas para esclarecimento desses pontos, teve, nesse particular, uma visão mais certa do que a do nosso grande historiador.

A Biologia humana, entretanto, entrara na sua fase naturalística, já entrevista por Aristóteles: o Homem, sob o aspecto corporal, era colocado na escala zoológica, e estudado como um animal.

Lineu, Buffon, Blumenbach, propõem várias classificações das raças humanas, fundadas nos dados antropológicos e etnológicos de que se dispunha; e a partir delas, extrema-se a querela dos monogenistas e poligenistas, partidários respectivamente da unidade e pluralidade de origem do género humano.

Em princípios do século XIX, Lamarck apresenta a sua hipótese transformista, que revoluciona a Biologia, opondo-se ao fixismo classificatório escolástico de Lineu, que sustentava a imutabilidade das espécies — obrigando d'Orbigry, após as descobertas da paleontologia animal de Cuvier, a admitir 27 criações sucessivas —, e contra a qual se ergue a intransigência de Cuvier na sua discussão contra Geoffroy de Saint-Hilaire. E, ao mesmo tempo que, sob a égide de Broca, se cria, em 1859, a Sociedade de Antropo-

(1) Mendes Correia, *ibid.*

(2) Mendes Correia, *ibid.*

logia de Paris, que coordena as investigações craniológicas, antropométricas, linguísticas, etnográficas e etnológicas que se dispersavam, numa primeira síntese que marca o início da moderna Antropologia, Darwin publica a «Origem das Espécies», que não só refunde o transformismo e formula a teoria evolucionista em geral, mas, pressupondo e coroando a longa série de aquisições da Paleontologia Animal e Humana, afirma mesmo a origem simiesca do Homem, e, abrindo novos horizontes à Paleo-antropologia e à Antropologia Zoológica, vem dar um impulso decisivo a todos estes estudos.

Por outro lado, desde muito cedo também que inúmeros estudiosos se interessaram pela vida e costumes, aspecto físico e o mundo mental e material, de povos exóticos ou primitivos, distantes no espaço e por vezes no tempo, e totalmente diferentes do europeu actual. Já os autores gregos e romanos, Heródoto e Hecateo de Mileto, Eforo e Estrabão, Asclepiades de Mirleia e Megasthenes, Catão, Plínio e Tácito, nos deixaram descrições de gentes bárbaras ou selvagens que visitaram, estranhas, pelo seu aspecto físico e pela sua cultura, à raça e à civilização clássicas mediterrâneas. Como nota Adolfo Coelho, não se podia esperar dos antigos a consideração dos povos de um ponto de vista puramente étnico, que se funda num conceito que eles não possuíam; aquelas descrições aparecem em regra ligadas à história ou à geografia, como elementos de poética, ou na exposição de tradições religiosas; e, para serem aproveitáveis, devem submeter-se a uma crítica rigorosa (1).

Durante a Idade Média, pouco se adianta neste campo. Mas no século XVI, com os Descobrimientos, abre-se uma fase nova no conhecimento do mundo e do Homem. As descrições que, a partir de então, existem de todos os povos do globo com que os europeus vão contactando, são extremamente abundantes e valiosas, e, dentre elas, e sobretudo nos primeiros tempos, avultam as dos autores portugueses — Pero Vaz de Caminha, Damião de Goes, Gaspar Correia, Gaspar Frutuoso, Garcia de Resende, Frei João dos Santos, o próprio Roteiro de Viagem de Vasco da Gama, numerosos padres da Companhia de Jesus, etc. «Crónicas e roteiros assinalam com maior ou menor detalhe e precisão alguns caracteres dos povos descobertos, sendo geralmente sumária a descrição somatológica, que não ultrapassava quase sempre — com variável rigor — a cor da pele, a estatura e a conformação dos cabelos, e sendo, pelo contrário, mais detalhada a descrição dos

(1) F. Adolfo Coelho. Sobre os Conhecimentos Étnicos dos Gregos e dos Romanos. in: Revista de Ciências Naturais e Sociais, I vol., Porto, 1890, p. 49.

costumes (1). São assim os portugueses quem revela à Europa a existência dos azenegues, populações berberiscas da África do Noroeste, de vários grupos negríticos e bântus, dos jalofos, mandingas, manicongos e outros negros da África ocidental, dos hotentotes bochimanes e cafres da África do Sul, dos Malgaches de Madagascar, dos índios do Brasil, dos papuas da Nova Guiné, dos sinos da ilha Sakalina, etc., e dão informes precisos sobre os extintos guanches das Canárias — já referidos por Azurara —, e sobre populações mal conhecidas, como os etíopes, os índios, os malaios, os chinas, etc. (2).

Notaremos desde já que o espectáculo de um mundo colorido e variado, pleno de raças e de povos completamente distintos e diversos de nós, ricos de conceitos, comportamentos, formas de vida e costumes peculiares, que éramos obrigados a aceitar e compreender, nos deu, a nós portugueses, um treino etnológico implícito, e nos preparou para aquilo a que hoje chamaríamos o princípio da relatividade das culturas, base fundamental da etnologia e lei essencial do convívio entre os povos.

Deste modo, as descobertas da Biologia, da Paleontologia Animal e Humana, da Pré-história e da Arqueologia incipientes, vinham acrescentar-se a todo este material, disperso e não organizado, em que se misturavam notícias sobre os caracteres físicos, história, cultura e formas de viver, de raças e povos estranhos e sobre as terras por eles habitadas, integrando assim esse conhecimento total do Homem; ainda não definido na sua complexa unidade.

A partir de meados do século XIX, toda esta investigação, enquadrada nas correntes gerais de um esmero e rigoroso materialismo científico crítico, profundamente influenciado pelas teorias naturalistas e evolucionistas, conhecerá uma amplitude, uma consistência, uma coerência sem precedentes. Multiplicam-se as pesquisas, avolumam-se os achados. Lubock, na «Origem da Civilização», distingue o Paleolítico do Neolítico. Em 1869, a hipótese de Lartet é reconhecida oficialmente, e o grande paleontólogo é nomeado professor da cadeira de Paleontologia existente desde 1832 no Museu de História Natural de Paris — que está na origem do Instituto de Paleontologia Humana da mesma cidade, e, seguidamente, do Museu do Homem, expressão da síntese antropológica no seu sentido mais rico.

(1) A. A. Mendes Correia. Geologia e Antropologia em Portugal, Lisboa, 1929, p. 18.

(2) *ibid.*, pp. 18-20, e também, do mesmo A., Antropologia, op. cit.

A bibliografia sobre estes assuntos toma proporções gigantescas, em qualidade e em quantidade. Brilham os nomes de Déchelette, que escreve o «Manual de Arqueologia Pre-histórica», de Mortillet, de Cartailiac, que lançam a revista «Materiais para a História Natural Primitiva do Homem», onde se virão a estabelecer as sequências do Paleolítico Francês, mais tarde completadas por Breuil, e cujo título é todo um programa e uma tomada de posição. Na peugada da França, por toda a Europa, Alemanha, Inglaterra, Itália, Áustria, Espanha, surgem Institutos, Revistas, Museus, Cátedras universitárias. É a grande época da Antropologia e da Sociologia, detentoras da explicação fundamental e final do Homem e da Cultura, de acordo com os conceitos da época; os seus objectivos coordenam a especulação etnológica e paleontológica, cujas aquisições constituem acima de tudo elementos para o conhecimento e interpretação das raças e dos povos. E, finalmente, dentro desta concepção, Broca, em 1876, funda a Escola de Antropologia de Paris, em que, além da Antropologia Física, se estuda a Pré-história, a Etnologia (no sentido de Raciologia), a Etnografia comparada, a Sociologia, a Linguística, a Criminologia, etc., acentuando a feição antropológica e a unidade última destas disciplinas.

No que se refere ao estudo das sociedades chamadas «primitivas», «selvagens» ou «exóticas» — diferentes da nossa —, reveladas pelos relatos de viajantes ou exploradores — e desde o século XVII elles pululam, por gosto de andanças e aventuras, ou por curiosidade de aprender —, a segunda metade do século XIX é também um período fecundo, e que se assinala por uma grande e decisiva originalidade. Em Inglaterra, Tylor, dentro de uma orientação psicologista, procurando explicar a mentalidade do homem primitivo, enuncia os princípios do animismo. Por seu turno, as escolas alemãs de Völkerpsychologie, e a Sociologia francesa de Durkheim — retomada, mais tarde, em novas direcções, per Levy-Bruhl —, procedem à ordenação sistemática de todas essas descrições, informes e observações, familiarizando-se desse modo com culturas profundamente diferentes da nossa, regidas por princípios originais, que identificaram com as formas primárias do pensar humano em geral.

Neste mesmo período, Portugal desperta finalmente para o conhecimento do seu passado étnico mais recuado. E, dir-se-ia que assombrado, entrega-se a uma actividade intensa de pesquisa. O País é desbravado, e nessa obra se empenham instituições, esforços individuais, figuras de grande envergadura mental, cujos entusiasmos e sacrifícios compensam o desinteresse dos governantes e do público. Em Setúbal, a Sociedade Arqueológica Lusitana, com um fugaz auxílio régio, explora Troia, e forma o seu Museu com esse espólio. Possidónio da Silva cria a Sociedade dos



Montanheses da Serra d'Arga. Fotografia reproduzida por Rocha Peixoto no seu estudo sobre «O Traje Serrano», publicado em 1907 na *Portugália*.

Arqueólogos; e, facto marcante acima de todos, constitui-se a Comissão dos Trabalhos Geológicos, depois Serviço Geológico de Portugal, de que fazem parte Carlos Ribeiro, Nery Delgado, Pereira da Costa, que iniciam as pesquisas paleo-antropológicas em Portugal.

Descobrem-se os concheiros de Muge, grutas naturais e artificiais que foram habitadas por populações pré-históricas, dolmens, necrópoles, castros, etc. Estácio da Veiga explora a arqueologia do Algarve, Martins Sarmiento as citânias de Briteiros e Sabrosa, Paula e Oliveira estuda os restos osteológicos do Museu daqueles serviços, e em especial os de Muge; Santos Rocha pesquisa o concelho da Figueira e cria o seu Museu, Gabriel Pereira o Alentejo, Vieira Natividade a região de Alcobaça. Em 1880 reúne-se em Lisboa o IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia, onde é discutida a hipótese do Homem terciário, apresentada por Carlos Ribeiro, fundada nos chamados «eólitos» que encontrara nas bacias inferiores do Tejo e do Sado; e em 1885 é instituído em Coimbra o ensino da Antropologia, no curso de Filosofia (1).

Tudo isto — a galopada das descobertas, o fervilhar de hipóteses, a ousadia das teorias, a novidade dos horizontes, por vezes abismáticos, em que o homem se embrenhava sem que nada o pudesse já deter —, tudo isso, nascido de um pensar humano que só as suas próprias razões aceita, e em que, como numa nova Renascença, o Homem a si mesmo se desvenda — tudo isso é a atmosfera juvenil de Rocha Peixoto e do seu grupo, o pão e a fome da sua inteligência. Na sua formação de biólogo, estão presentes essas correntes e aquisições, da antropologia e da étnica, da paleontologia humana e do evolucionismo, que deram um nome preciso ao mistério da vida, e que vinham certamente ao encontro das tendências mais fundas do seu espírito. Rocha Peixoto é tudo isso, mas é-o, não na digestão tranquila de princípios de há muito assentes, de uma problemática já resolvida, como nós hoje o seríamos porventura: é-o, sim, no próprio processo febril dessa problemática, na ebulição de controvérsia recente que assinalara o seu aparecimento, e cujos ecos, especialmente entre nós, eram ainda sensíveis. Nêle e no seu grupo, essas correntes são ainda uma força viva e renovadora no seu impulso criador, é viva ainda a vertigem dos seus primeiros vãos, a impaciência das sugestões e das dúvidas: «Um embaraço, uma ignorância sobre uma tabela cromática, um utensílio, um método (é Rocha Peixoto quem fala — e

(1) Mendes Correia, Antropologia, loc. cit.

com que deslumbrada sofreguidão!), decidia-nos logo: — «Escreve-se ao Topinard!» (1).

Eles são isso tudo, e são-no com um entusiasmo autêntico e criador, cujo ardor porém não embacia o seu espírito esclarecido de cientistas do mais puro quilate. E todo esse entusiasmo, essa mensagem do futuro de que eram detentores, essa inteira devoção ao espírito e à cultura, essa inspirada irreverência de renovo e esse lúcido amor à patria, que conjuga antigos e novos que comungam no mesmo ideal, tomam então corpo na «Sociedade Carlos Ribeiro», que se funda no Porto em 1887, com Júlio de Matos como Presidente, Bazílio Teles como Vice-Presidente, Ricardo Severo como Tesoureiro, e Rocha Peixoto como Secretário.

O seu órgão é a *Revista de Ciências Naturais e Sociais* — o estudo da natureza e do homem, postulando a unidade dos seus multiformes aspectos, antropológicos, etnológicos e etnográficos, nessa mesma concepção sintética da unidade da ciência do Homem.

Nela colaboram, além daqueles, outros antropólogos, arqueólogos, etnógrafos e linguistas — Fonseca Cardoso, Alberto Sampaio, Martins Sarmiento, Figueiredo da Guerra, Santos Rocha, Adolfo Coelho, Teófilo Braga, Leite de Vasconcelos — e os grandes naturalistas da época — Gonçalo Sampaio, Alfredo Bensaúde, Jules Daveau, Paul Choffat, Wenceslau de Lima, Albert Girard, Augusto Nobre — os obreiros e pioneiros dessa imensa obra de ressurgimento nacional. O cientismo do grupo domina a orientação geral da revista, e as próprias ciências humanas e sociais acusam as tendências «naturalistas», na mesma época em que, em França, Zola escreve, a idêntica luz, a *História Natural e Social* de uma família. Isto não significa porém uma deformação ou sequer uma limitação de espírito, mas sim uma disposição, um treino, uma disciplina metódica, virada para a observação directa de factos objectivos e concretos, no rigor da sua minúcia, avessa a abstracções e generalizações, uma exigência de severa dedução interpretativa. É pela primeira vez — e por Rocha Peixoto, nas *Notas sobre Malacologia Popular* — a temática e o estudo da tradição popular ultrapassa os aspectos exclusivos e carácter literários do folclorismo.

Em 1898, a Sociedade dissolve-se, e o grupo dispersa-se, «angustiadamente»; mas a revista prolonga-se, em moldes mais amplos — e notáveis — na *Portugalia*, organizada dentro da mesma concepção de síntese do conhecimento do Homem, por uma coordenação disciplinar — Paleo-etnologia e Paleo-etnografia, Antro-

(1) A Sociedade Carlos Ribeiro, in: *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, vol. V., Porto, 1898, p. 189.

pologia e Antropometria, Etnografia e Folclore, Arqueologia e História, com um programa estabelecido minuciosamente —, mas circunscrita ao caso português, e ao «fundo popular» (o conceito psico-sociológico de cultura, que Leite de Vasconcelos retomará), — como indicam o nome e o sub-título da revista «Pola Grey» —, e, além disso, com o objectivo expresso de se colherem «os verdadeiros elementos da vida e carácter nacional, a nossa razão de ser e a nossa história», em vista a um autêntico ressurgimento nacional.

A *Portugalia*, que cumpre rigorosamente o seu plano, subsiste até à morte de Rocha Peixoto, que era a sua verdadeira alma. E em 1911, cria-se no Porto a cadeira de Antropologia, no seguimento das aquisições da *Portugalia*.

*

De há muito, as manifestações de cultura tradicional das classes rurais e iletradas dos diferentes povos europeus, sobretudo a literatura oral — poesia, contos, lendas, provérbios, etc. —, e também certos usos e costumes característicos, superstições, crenças e festividades, haviam despertado o interesse de alguns espíritos curiosos ou eruditos dos respectivos países, que os recolheram, fosse como mera diversão, fosse como objectivo de estudo. Entre nós, já em 1575, aparecem os «Contos ou Histórias de Proveito e Exemplo», de Gonçalo Fernandes Trancoso, e, no decurso dos séculos XVII e XVIII, numerosas colecções de Adágios e Provérbios —, acima de todas a de António Delicado, de 1651, as de Fr. Aleixo de Santo António, de 1640, de Bento Pereira, de 1655, de Soror Maria do Céu, a «Feira de Anexins», de D. Francisco Manuel de Mello, de Gaspar Lobo, de Fradique Espinola, de 1707, no «Elucidário», de Viterbo, a de Rolland (1780) etc., as mais das vezes com intuitos morais ou quando muito, como especulações de uma filosofia geral humanística — de Adivinhas — o «Passatempo», de Francisco Lopes, de 1603, de Jogos — a lista do «Indículo Universal» do Padre Francisco Pomey, de 1697, etc.

Em França, Rabelais, Montaigne, Molière, e outros, utilizam por vezes as coisas do povo, poesias, jogos, etc. O século XVII descobre os contos de fadas, que conhecem uma grande voga, aparecendo inúmeros livros desse género, de Mlle. d'Aulnoy, Bernard, Dufresny (a que dá já o nome de «Contes de ma mère l'Oye»), Durand, Mme. de Murat e d'Aulney, do Cavaleiro de Mailly, do Abade de Villiers, etc.; e, em 1694, são dados a lume os imortais «Contes de ma mère l'Oye», de Charles Perrault, cujo

verdadeiro valor passa de resto despercebido no seu tempo, e que o Autor julga justificar melhor invocando fins moralizadores e o exemplo dos clássicos. Recolhas semelhantes se fazem em mais países, Espanha, Alemanha, Inglaterra, etc. Pouco a pouco, nomeadamente neste último país, a tradição oral popular vai interessando certos espíritos cultos, que a considera digna de estudo científico, como elementos de interpretação literária, filológica e sobretudo histórica. Em 1626, John Aubrey publica a recolha que fizera de superstições e costumes tradicionais populares, que relaciona já, de modo sistemático, com formas do pensar antigo; e, nessa mesma linha, as «Antiquitates Vulgaris», de Henry Bourne, em 1725 (que afirmam o valor histórico das tradições do vulgo em contraposição às «antiquidades» do humanismo clássico) — as «Reliques of Ancient English Poetry», de Thomas Percy, em 1765; os «Fragments of Ancient Poetry», de Macpherson, em 1760; a «Minsirelsy of the Scottish Border», de Walter Scott, em 1802; etc.

Nos princípios do século XIX, estes estudos, nomeadamente na Inglaterra e na Alemanha, assumem decisivamente uma feição científica e crítica; em 1778, na Alemanha, Herder dá-nos uma colectânea de cantares de todos os povos, e consagra-lhes um importante estudo; e em 1811 aparecem, na Inglaterra, as «Observations on Popular Antiquities», de John Brand, em que as velhas superstições e costumes ingleses são acompanhadas de comentários eruditos, estabelecendo a sua comparação com práticas do paganismo Grego-Romano. Brand colhe o seu material das fontes mais variadas, incluso os escritos de Aubrey e Bourne, cujas «Antiquitates Vulgaris» lhe sugerem o título da sua própria obra.

Nessa mesma data, surge na Alemanha a prodigiosa revelação dos irmãos Grimm, com os «Kinder und Hausmärchen» e, pouco depois, a «Deutsch Mythologie», que vêm mostrar, com absoluto rigor científico, que os contos infantis, até então conhecidos apenas como jogos pueris de imaginação, eram afinal vestígios dispersos e venerandos de um remotíssimo património, se não mesmo de complexos rituais de primitivos cultos naturalísticos dos povos arianos, celtas e germânicos, obliterados pela cultura latina e pela assimilação cristã.

As orientações mitográficas na interpretação das tradições populares europeias fazem assim a sua aparição, e conhecerão seguidamente o maior favor; na esteira dos Grimm, esses estudos alargarão o seu campo de investigação a todas as formas da tradição oral europeia, caldeados pelo criticismo da escola histórica alemã, e organizar-se-ão mesmo como disciplina científica autónoma — a «Mitologia», ou melhor (porque isenta das implicações unicamente classicistas que esse termo encerra), a «Mitografia». Sucedem-se os grandes mitógrafos comparatistas: Manhardt, com o

«Der Baum Kultus» e o «Wald-und Feld Kulte», em 1875, em que acentua a conexão íntima entre o mito e os contos, costumes e superstições populares e onde expõe a teoria dos «Espíritos» ou «Demónios» da Vegetação, na explicação das cerimónias agrárias; Andrew Lang, com os seus «Custom and Myth», em 1884, e «Myth. Ritual and Religion», em 1887; Westermarck com os seus estudos sobre cerimónias cíclicas e crenças marroquinas (em que propõe as teorias purificadoras em vez das hipóteses solares manhardianas na explicação das festas do fogo actuais), e Frazer,



Azulejo de figura avulsa reproduzido por Rocha Peixoto no seu estudo «Uma iconografia popular em azulejos», publicado em 1901 na *Portugália*.

cujo monumental «Golden Bough» — o ramo de ouro —, o ramo de «mistle-toe» (espécie parasita de certas árvores, que ainda hoje em Inglaterra se usa especialmente no Natal) que crescia no tronco do carvalho guardado pelo sacerdote de Diana, Rei do Bosque Sagrado, que nele depositara a sua alma, e que o seu sucessor devia arrancar antes do sacrificio ritual dessa personagem — é ainda hoje, para lá de quaisquer possíveis deficiências teóricas de que porventura enferma, o mais fascinante romance do fabuloso tesouro lendário da humanidade.

Essas «tradições populares» — contos, lendas, romanceiro, cancionero, provérbios, superstições e crenças, cerimónias agrárias, festividades cíclicas e calendárias, etc. —, são entendidas como «sobrevivências» (é o termo específico por que são designadas), vestígios mais ou menos claros ou deformados de mitos e conceitos religiosos primitivos, que perduram na imobilidade do mundo mental do povo, arredado da corrente renovadora do progresso racional. Um autor inglês proclama: «Poucas são as crenças e observâncias tradicionais entre os camponeses da Europa de que se não possam indicar fontes religiosas, ou cujas formas originárias não acusem funda marca religiosa».

O ciclo do inverno, com as celebrações de Todos-os-Santos e os Fiéis Defuntos, o S. Martinho, o Natal, os Doze-Dias, as Janeiras e os Reis, é o culto dos mortos; o da Primavera, com o Carnaval, o Judas, a própria Páscoa, são as Saturnais, em que, na morte ritual do deus anual — os manequins carnavalescos que se destroem — se celebra o renascer das forças fecundas incarnadas no novo deus que se elege; e Salomon Reinach interpreta mesmo historicamente o relato evangélico da Paixão segundo esta mitologia.

Em 1846, numa carta publicada no jornal «Athenaeum», de Londres, subscrita por Ambrose Merton — pseudónimo do arqueólogo inglês William John Thoms —, aparece pela primeira vez a palavra Folk-Lore — a sabedoria do povo —, para significar os materiais até então designados pelas expressões de «antiquitates vulgares» ou «popular antiquities», segundo a terminologia de Bourne e de Brand, e, ao mesmo tempo, a ciência que os estuda. Nos países de língua alemã, desde 1806 que se usava a palavra «Volkskunde» para designar estes mesmos materiais e género de estudos; mas aí, além da literatura oral e cultura espiritual, que correspondem ao conceito de Folklore, foram sempre também consideradas certas formas tradicionais da cultura material, casas e alfaias e mesmo industriais e técnicas locais ancestrais — e o conceito de «Volkskunde» tudo isso abrange. Nos países latinos, esses outros aspectos são estudados por uma disciplina diferente do Folklore a que, a partir de Leite de Vasconcelos, se dá entre nós o nome de Ergologia.

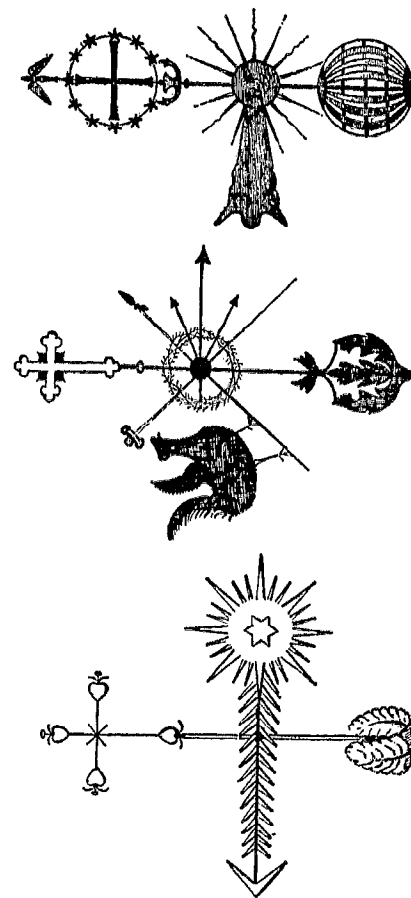
A fundação da Folklore Society, em Londres, em 1878, com a sua revista «Folklore», vem apoiar e dar coesão aos estudos destes temas na Europa e na América, estimulando a criação de instituições e publicações similares noutros países, e promovendo reuniões de especialistas em congressos sucessivos.

Nos termos das suas proclamações, e de acordo com a tradição científica desta disciplina, o folclore é definido como sendo «a cultura de um povo histórico não assinalada na sua história escrita» ou mesmo como a sua «história não escrita». E no Anuá-

rio da Sociedade, de 1890, diz-se mais, expressamente, fixando uma orientação rica de consequências, que o Folclore é a ciência da comparação e identificação das sobrevivências, nas idades modernas, de crenças, costumes e tradições arcaicas — implicando assim a limitação do seu campo às tradições das classes camponesas e rurais das nações chamadas «históricas» ou civilizadas — europeias, brancas e cristãs —, com exclusão das «não históricas», «primitivas» ou «exóticas» (1).

Em Portugal, a fase científica e crítica dos estudos das tradições orais inicia-se verdadeiramente com a publicação do «Romanço», em 1824, por Garrett, que estivera emigrado em Inglaterra, onde, como na Alemanha, o movimento de valorização da tradição literária popular se encontrava em pleno florescimento. E avulta sobretudo com a brilhante geração dos positivistas de 80 — Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso, Adolfo Coelho, Sousa Viterbo, etc. —, com os seus trabalhos excelentes sobre contos, superstições e costumes, que publicam em livros ou em revistas, o «Positivismo», as revistas «Occidental» — onde Adolfo Coelho, pela primeira vez em Portugal, usa o termo Folclore, num artigo sobre os «Elementos Tradicionais da Literatura» (1875) —, de «Etnologia e Glotologia», «do Minho», e mais tarde a «das Ciências Naturais e Sociais», «Lusitana», etc., e que se integram decididamente nas hipóteses mitográficas e das «sobrevivências». Adolfo Coelho diz expressamente: «As festas populares, em diferentes épocas do ano, têm evidentemente origem nos velhos cultos naturalísticos. Elas referem-se principalmente ao giro das estações, às fases diversas do curso aparente do Sol, cujos efeitos sobre a natureza impressionaram vivamente os creadores desses cultos... Com o tempo, as cerimónias primitivamente claras para todos, foram-se alterando, obscurecendo, confundindo com outras... até por fim se perder inteiramente ou quase inteiramente a consciência da sua significação original, e elas permaneceram apenas como provas da tenacidade da tradição (2).

Teófilo Braga, à 1.ª Parte dos seus «Contos Populares», que compreende entre outros, a «Bicha de Sete Cabeças», «As três cidras do amor», etc., dá o título de «Contos Míticos da Aurora, do Sol, e da Noite»; a «Gata Borracheira, a filha da feiticeira, são a Aurora; O Príncipe encantado, o cavaleiro que mata o dragão, a amante que perde a forma horrenda, são o Sol; a velha feia e



Cataventos de igrejas minhotas. Desenhos reproduzidos por Rocha Peixoto no seu estudo sobre «Os Cataventos», publicado em 1907 na *Portugália*.

(1) Ernesto Velga de Oliveira. Principios Basilares das Ciências Etnológicas. in: Cadernos de Etnografia, Barcelos, n.º 5; e s/a. Folklore, in: Nelson Encyclopedia, Londres.

(2) Adolfo Coelho, in: Revista de Etnologia e Glotologia. Fascículo I, Lisboa, 1880, p. 6.

mã, a madrasta, o saco em que é roubada a menina, a lobo que a devora, é a Noite (1); no romance hispânico da «Serrana de la Vera», que mata todos os seus amantes, o mesmo autor vê a sobrevivência do mito caldeo-babilónico de Istar e Tamuz (2).

Consiglieri Pedroso, no seu impenitente positivismo, engloba o estudo das superstições do nosso povo nas «Contribuições para uma mitologia popular portuguesa». Etc.

Após a revelação inicial, porém, as correntes mitográficas por toda a parte exorbitaram, e desacreditaram-se consideravelmente, pelos excessos de fantasia, pela sua visão sistemática dos factos actuais em função exclusiva e apriorística de sistemas religiosos coerentes, muitas vezes concebidos sem base histórica provada, e por carência de métodos etnológicos. É digna de nota a prudência de Adolfo Coelho, que já em 1881 exige o conhecimento da língua alemã e das obras dos Grimm, Kuhn, Wolf, Manhardt, etc., para «se poder abordar a interpretação mitológica», (nas suas palavras) com alguma segurança, reparando que se tem «usado e abusado dos mitos solares» e que «o mito das mouras encantadas não... parece ter nada que ver com (tais) mitos»; e previne: «É mister que a ciência mitológica assente sobre bases mais largas, em que todas as faces dos seus complicados problemas sejam contempladas» (3).

De acordo com Topinard, a palavra *Etnografia* teria sido usada pela primeira vez por Campe em 1807, com o significado muito geral de «ciência de descrição dos povos». Mas logo nos seus primeiros tempos, a etnografia, em certas orientações, sofre a influência das correntes linguísticas; e Wiseman, em 1836, define-a mesmo como sendo «a classificação das raças pelo estudo comparado das línguas» (4).

Por seu turno, a palavra *Etnologia*, segundo o mesmo Autor, teria surgido mais tarde, com o título da Sociedade de Etnologia de Paris, fundada por William Edwards em 1839. Conforme os estatutos dessa Sociedade, a etnologia visava o estudo da «organização física, o carácter intelectual e moral, as línguas e as tradi-

(1) Theophilo Braga, Contos Populares Portugueses, vol. I, Porto, s/d, pp. XLIV-XLV.

(2) Theophilo Braga, O mito de Istar em uma lenda popular extremenha e asturiada, e O mito caldeo-babilónico dos amores de Istar na tradição ocidental, in: Revista de Ciências Naturais e Sociais, vols. I e II, Porto, 1890 e 1891, pp. 7-17 e 1-18, respectivamente.

(3) J. Leite de Vasconcelos — Adolfo Coelho e a Etnografia Portuguesa, Fomalhaço, 1920, pp. 12 e 15. (Cartas de 18-X-1881 e 15-IX-1881).

(4) Paul Topinard, L'Anthropologie, Paris, 1895, p. 7.

ções históricas que servem para distinguir as raças» —, ou seja, a psicologia das raças nas suas relações com a história (1).

Broca — e com êle a Sociedade de Antropologia de Paris —, aceitando, com postulados mais elaborados, esta orientação, assim enuncia o âmbito destas ciências: «A descrição particular e a determinação destas raças, o estudo das suas semelhanças, sob o aspecto da constituição física e sob o aspecto do estado intelectual e moral, a busca das suas afinidades actuais, da sua repartição no presente e no passado, do seu papel histórico, do seu parentesco mais ou menos provável, mais ou menos duvidoso, e da sua posição respectiva na série humana: tal é o objectivo da parte da antropologia que se designa com o nome de etnologia. As fontes donde ela extrae os seus informes são numerosas: ela serve-se da etnografia, ou descrição dos povos...» (2).

É para Hovelacque, professor desta escola, a Etnografia «é a descrição das raças humanas; é um dos ramos importantes de antropologia. Ela não procura, como o faz a etnogenia, qual é a filiação, a origem das raças; considera-as tais como são, tais como se apresentam, reconhece a área geográfica que ocupam, descreve os seus caracteres físicos, intellectuais e morais. A Etnologia tem um domínio mais geral: ela abarca, numa visão de conjunto, a história e a cultura das diferentes raças, e tem como fim principal extrair dessa comparação o próprio quadro da civilização» (3).

Para a escola de Paris, pois (que no panorama da ciência europeia da época, ocupa um lugar de grande relevo), traduzindo as opiniões de Quatrefages e Broca, as ciências étnicas, e mormente a Etnologia, eram um aspecto da Antropologia. E este conceito marcará profundamente a futura especulação da escola francesa. Etnólogo, para essa escola, era um antropólogo que estuda as raças e os povos, mas fundamentalmente sob o ponto de vista corporal; e a Etnologia é o ramo da Antropologia que tem como objectivo o conhecimento do modo de formação e do conjunto de caracteres distintivos de cada grupo humano, de modo a permitir uma classificação das raças. Ela apresenta-se assim, numa feição extrema, como a ciência dos tipos somáticos, da formação e caracteres das raças — uma autêntica antropologia Física das Raças e dos Povos, uma Somatologia Étnica — uma *Raciologia*, como dirá

(1) Ibid. p. 8.

(2) Topinard, op. loc. cit.

(3) Abel Hovelacque, Les races humaines, Paris, 1872, p. 7 (ap. Adolfo Coelho, Sobre os conhecimentos étnicos dos gregos e dos romanos, in: Revista de Ciências Naturais e Sociais, vol. I, Porto, 1890, pp. 54-55).

Montandon —: assim, por exemplo, uma «Memória» de Gustave Lagneau sobre «Etnologia da Península do Sudoeste da Europa», publicada no Boletim da Sociedade de Antropologia de Paris, é um puro estudo étnico, baseado em dados históricos e antropológicos sobre os grupos que habitaram a Península Ibérica, sua distribuição geográfica e sua origem; e um «mapa etnográfico» que a ilustra, é apenas um mapa da distribuição desses grupos: Atlantes, Iberos, Ligures, Fenícios, Cartagineses, Celtas, Gregos, Romanos, Germanos, Judeus e Sarracenos.

A Etnologia distingue-se contudo da Antropologia, porque esta considera o homem nas suas relações com os outros membros do reino animal, enquanto que aquela estuda as relações entre as diferentes raças. Os problemas principais da Etnologia eram então o da unidade e pluralidade das raças humanas (apoiando-se na zoologia, na anatomia comparada, na história, na geografia, na geologia, na filologia, na interpretação das escritas), o das suas origens geográficas, antiguidade, destino, etc.

Littre mantém estes significados para os dois termos: a Etnologia, para êle, trata da origem e da distribuição dos povos; a Etnografia, da sua descrição.

A Etnografia, portanto, para a generalidade dos autores, e qualquer que seja a verdadeira natureza do seu campo específico da investigação, tem o carácter de uma ciência descritiva — como dissera Latham, ela é a parte descritiva da ciência dos povos —: a etnologia é antes especulativa, e abrange um domínio mais geral.

Topinard, sobre quem Adolfo Coelho, ainda que numa crítica cerrada, se debruçará muito atentamente, e que será um dos mentores da geração de Rocha Peixoto, considera porém a Antropologia e a Etnologia duas ciências distintas, que «correspondem a duas faces diferentes do estudo do homem», e que gozam cada qual de vida independente, embora prestando-se constantemente concurso mútuo. Para este Autor, a Antropologia ocupa-se do homem e das raças humanas que ela própria definiu; «raças», porém, e «tipos», são conceitos ou abstracções; só os «povos» são realidades: o argumento etimológico não tem cabimento, porque o étimo grego *ethnos* refere-se não às raças mas aos povos, visto o conceito antropológico de «raça» não existir ainda quando foram criadas as palavras *Etnologia* e *Etnografia* a partir daquele étimo. A Etnologia trata precisamente dos povos e das tribos, tais como a Geografia e a História no-las revelam.

A distinção entre as duas ciências baseia-se pois na própria distinção entre «raça» e «povo», que Frederico Müller já apontara — «o estudo das raças compete à Antropologia, e o estudo dos povos à Etnologia» —, mas que de um modo geral os Autores

anteriores não consideraram com clareza, confundindo desse modo conceitos (1).

E Topinard prescinde, em Etnologia, de toda a consideração antropológica, criticando mesmo aqueles — nomeadamente Gerland — que, nos estudos etnológicos, entram em linha de conta com o exame dos caracteres físicos dos povos, que são, segundo ele, do domínio exclusivo da Antropologia (2).

Para este Autor, a Etnologia divide-se em *Etnografia*, que é a descrição particular e sucessiva de cada povo, das suas leis, usos e costumes, língua, religião, traços físicos, parentescos e «origens na história» (aspecto este que, como veremos, Adolfo Coelho individualizará na sua sistemática sob o nome de *Etnogenia*); e *Etnologia propriamente dita*, que trata do mesmo assunto e tem o mesmo objecto que a Etnografia no seu conjunto, «mas de um ponto de vista mais elevado», aplicando-se «a todos ou a vários povos», «preocupando-se com os traços comuns e procurando determinar as leis que presidem às relações e trocas dos povos, à evolução dos seus costumes e instituição» (3).

A Etnologia é o estudo global dos povos ou grupos humanos, do ponto de vista psico-cultural, a sua classificação, a determinação das leis gerais da sua evolução, das suas origens e afinidades entre êles. Ela coordena os elementos especiais recolhidos pelos etnógrafos, relacionando-os, na medida do possível, com os dados fornecidos pela Antropologia, Linguística, História e Sociologia, e apresenta-se como uma Etnografia Geral ou de nível mais alto.

Em Portugal, o vocábulo *Etnografia* aparece pela primeira vez em 1815, num artigo do Visconde da Lapa sobre «Statística», publicado nas «Memórias Económicas da Academia das Ciências», no sentido, fortemente influenciado por considerações antropoló-

(1) Topinard, op. cit., p. 9: «A expressão *raças* é um abuso autorizado, empregada pelo etnólogo; ela é uma realidade para o antropólogo, que a toma como sinónimo de divisões naturais do grupo humano, seja qual for a época longínqua em que elas se constituíram... A investigação das raças humanas verdadeiras compete à Antropologia e não à Etnologia. A Etnologia continua a ser para nós, pois, a ciência geral dos povos, segundo a sua etimologia».

(2) Topinard, ibid.: «A etnologia tem pois o direito de se ocupar dos elementos constitutivos, da origem e parentesco dos povos, e mesmo de os classificar por sua conta, apoiando-se sobre a linguística; ela pode incluso, se for preciso, servir-se do termo *raça*, sem que isso tenha importância. O que lhe é vedado é a determinação, a caracterização e a classificação das verdadeiras raças humanas; ela não possui os elementos para uma tal tarefa, que requiere o concurso de todas as forças vivas da Antropologia, e sobretudo de materiais anatómicos e de considerações zoológicas a que ela é estranha».

(3) Topinard, op. cit., pp. 9 e 433.

gicas, de «estudo do que seja a raça dos homens de uma nação, e a sua origem» (1).

Oliveira Velho, na edição de 1831 do «Dicionário» de Morais, define-a já como sendo a «arte de pintar os costumes das nações»; mas Silvestre Ribeiro, em 1853, ainda por influência francesa, considera-a a «ciência que tem por fim a classificação dos povos».

As definições basilares que nos vão permitir ajuizar do estado da questão no caso que aqui nos interessa, ser-nos-ão porém dadas por Adolfo Coelho; e é forçoso admitir que Rocha Peixoto tenha aceite o critério do seu ilustre antecessor, se é que não cooperou mesmo na sua elaboração.

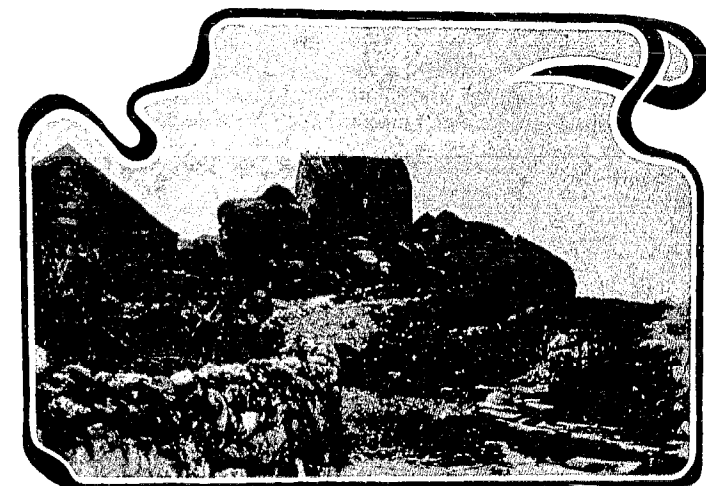
Adolfo Coelho, na esteira de Topinard, estabelece também basilarmente uma distinção nítida entre «raça» e «povo», que corresponde a paralela distinção entre as ciências antropológicas e étnicas. O homem, como animal, forma raças, com tipos físicos mais ou menos distintos e caracteres próprios. A antropologia, como ramo da ciência zoológica, estuda o homem animal, com os métodos de observação e comparação próprios dessa ciência.

Os homens formam unidades colectivas chamadas povos. Primitivamente, o povo é raça, inteira ou fracção; os povos depois misturam-se, fundem-se, deixa de haver raças puras. A noção de raça é puramente antropológica, isto é, histórico-natural; a noção de povo é histórico-social.

A Antropologia estuda o homem, as raças-humanas, não os povos (conquanto seja dos povos que tem de abstrair as raças) ... Um povo pode ser formado por elementos antropológicos muito diversos. A base da unidade étnica não é o tipo físico (conquanto primitivamente o fosse). Ao passo que a civilização progride, essa condição primitiva perde importância; os elementos da vida social tornam-se os laços capitais dos agrupamentos humanos, a verdadeira base da sua unidade.

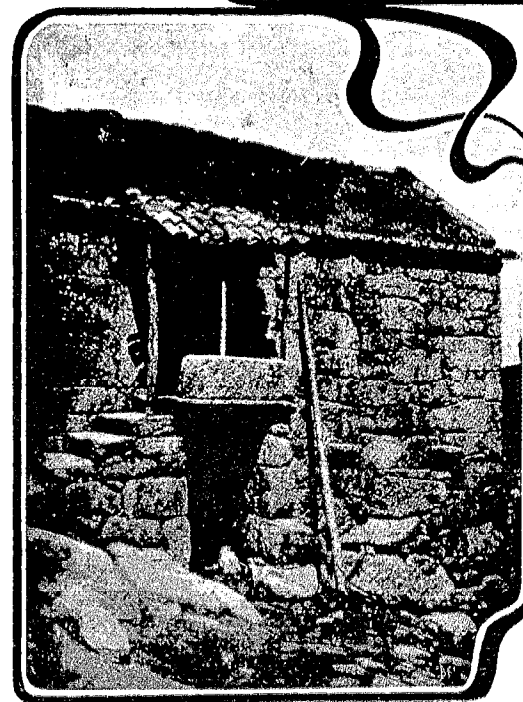
À ciência geral dos povos, Adolfo Coelho dá o nome de *Étnica*; e divide esta em três grandes disciplinas secundárias: 1) *A Etnografia*, que é a descrição do: povos — e cuja forma mais perfeita se acha nas obras dos viajantes que falam do tipo físico do povo que observaram, nos elementos da sua vida social, costumes, aptidões de toda a espécie, etc. —, «sem exceder os limites de uma pura descrição, sem entrar em teorias sobre a origem desse povo, as leis da sua evolução»; 2) *A Etnogenia*, ou estudo da origem e parentesco dos povos, em que se tem em conta o tipo físico e todos

(1) ap. J. Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, I vol., Lisboa, 1933, p. 18.



Clichés de
Rocha Peixoto

1



2

Habitções de Castro Laboreiro (1) e da Serra da Gralheira (2), reproduzidas por Rocha Peixoto no seu estudo sobre «A Casa Portuguesa», publicado em 1905 na revista *Serões* (Lisboa).

os elementos da vida social — nomeadamente (em atenção à velha tradição de etnografia filológica) a língua, manifestação e prova irrecusável de anteriores contactos históricos ou unidade social —; e 3) a *Etnologia*, ou «estudo geral das condições de formação e desenvolvimento dos povos, das variações do caracter étnico sob a influência de acções naturais ou sociais, dos diversos tipos de sociedade que os povos nos apresentam, dos diversos elementos da vida social». Ao contrário de Topinard, porém, para Adolfo Coelho nenhum dos ramos da Étnica pode prescindir da consideração antropológica da raça. Antropologia e Étnica, embora divergentes, incidem sobre o mesmo material: a descrição etnográfica de um povo careceria de rigor científico sem o conhecimento antropológico do seu tipo físico predominante ou dos diversos tipos físicos que mostra, e a Etnogenia que ignore as aquisições da Antropologia não pode senão dar soluções incompletas dos seus problemas (1).

O Folclore, que como vimos se apresenta inicialmente como o material e o estudo das tradições populares — literatura oral e «história não escrita» — das nações civilizadas e que têm uma literatura e uma história escritas e eruditas — os povos europeus —, cultivado por estudiosos nacionais com formação geralmente humanística — historiadores, filólogos, linguistas, etc. —, quando não mesmo literatos ou simples amadores, que o consideram fundamentalmente como uma fórmula estética ou como um elemento de interpretação dominado por conceitos tais como o de «sobrevivências» e outros, de elaboração mitográfica, mostrará uma feição preponderantemente historicista e literária, não etnológica (isto é, não em relação com as leis gerais e universais da cultura) frequentemente mesmo não científica, e além disso etnocêntrica e nacionalista, que ignora inteiramente qualquer consideração antropológica.

As ciências étnicas, a Etnologia e a Etnografia, por seu turno, nascidas da ordenação de relatos, feitos por europeus, referentes a povos «exóticos» e «primitivos», em que se misturam informes sobre os seus caracteres físicos e sobre os seus costumes e formas de viver peculiares, em vista ao conhecimento total do homem, acentuará de início — certamente e em grande medida por influência do prestígio da Escola de Antropologia de Paris, que assim as entendia e as incluiu nos seus programas — o seu parentesco e relações com a Antropologia, apresentando-se como um aspecto especial desta ciência — o estudo das raças humanas. E, a cargo sobretudo de antropólogos e naturalistas, possuirá uma feição mais

(1) Adolfo Coelho. Sobre os conhecimentos étnicos dos Gregos e dos Romanos, loc. cit., pp. 50-52.

definitivamente científica e universalista, embora com tendência a considerar como seu campo de aplicação apenas esses povos «primitivos», com exclusão dos europeus, afinal também num exclusivismo etnocêntrico, num sentido porém inverso do Folclore. Nos países de língua alemã a estas duas disciplinas correspondiam aproximadamente a *Volkskunde* — a cultura do povo, o povo alemão, ou, por extensão, os europeus, que abrangia o Folclore e a cultura material — e a *Völkerkunde* — a cultura dos outros «povos», os «exóticos» e «primitivos» —.

Partindo pois de dois conceitos de cultura inteiramente diversos, as duas disciplinas, pelos seus objectivos, pressupostos de atitude mental e correspondente metodologia, pela própria qualidade daqueles que a elas se dedicam, apresentar-se-ão durante muito tempo, e ainda hoje em certas escolas, sem nada de comum uma com a outra: por um lado, o folclorismo, que considerará o Folclore uma disciplina autónoma, vagamente tributária da História, da Filologia, da Filosofia, conforme as preferências do estudioso, que se interessará apenas pela tradição oral dos países europeus, desprezando geralmente a cultura material, e considerará os «primitivos» como tema de estudos totalmente fora dos seus domínios, a cargo de uma Etnografia que nada tem que ver consigo; por outro, o etnologismo, numa acepção restrita, traduzindo resíduos da concepção da escola de Paris, considerará a Etnografia aplicável sobretudo apenas ao estudo da cultura dos «primitivos» actuais ou do passado, e desprezará o da «tradição» europeia, ou, concebendo-a de natureza diferente daquela, entenderá que seus métodos não lhe são aplicáveis, e que ela é objecto de outra ciência que nada tem que ver consigo — o Folclore.

Esta posição dualista, em que se extremam os campos humanos e especulativos, foi a regra mais geral na maioria das escolas, e, embora não se sustente teóricamente — de facto, autores houve desde muito cedo que a não aceitaram e consideraram o estudo das culturas como sendo em ambos os casos da mesma natureza — teve a maior repercussão na elaboração teórica futura do sistema destas ciências, agravada ainda pelas divisões e diferenças de critérios, e a confusão de conceitos e terminologia. Ainda hoje os folcloristas se entrincheiram no seu exclusivismo, e recusam os métodos etnológicos; as escolas etnológicas actuais, num amplo conceito compreensivo e sólidamente estruturado, incluem, como veremos, o folclore no seu esquema; contudo, ainda muito recentemente, um etnógrafo como Marcel Griaule, no seu excelente Método de Etnografia, concebe — de resto imprecisamente — uma etnografia aplicável sobretudo a populações «primitivas» — «não evoluídas», «sem maquinismos», ou «sem história», por oposição

aos «povos clássicos» e aos «nobres litorâneos do mediterrâneo» (1).

Em Portugal, todos os pioneiros dos estudos da tradição popular, antecessores ou contemporâneos de Rocha Peixoto — Consiglieri Pedroso, Teófilo Braga, Leite de Vasconcelos e o próprio Adolfo Coelho, nos seus primeiros escritos — estudaram exclusivamente as formas orais dessa tradição, dentro duma estrita concepção folclorística. Mas Adolfo Coelho, e sobretudo Rocha Peixoto, com uma visão e intuição raras e muito seguras, de uma só vez superaram duplamente estas limitações, e, coordenando sem dúvida conceitos vários anteriores, estabelecem um critério amplo e unitário nos estudos das culturas, que antecipa o que hoje adoptamos, lançando as bases daquilo a que chamaremos a «escola etnológica portuguesa». É certo que o campo dos seus interesses e estudos é apenas a tradição nacional popular; mas por um lado, nessa tradição compreendem não apenas a temática clássica do Folclore — a literatura oral, superstições, usos e costumes, etc. — mas também, além dela, rompendo os quadros restritos desse conceito folclorístico e aceitando de preferência o critério germânico de «Volkskunde», os aspectos materiais e sociais da vida tradicional, cujo estudo compete a uma mesma e única disciplina; e além disso, dando a essa disciplina o nome de Etnografia — ciência que, no consenso mais geral do seu tempo, se entendia aplicável apenas aos «primitivos» — postulam que todas as culturas, tanto nacionais e europeias como «primitivas», se regem pelos mesmos princípios basilares, e são objecto da mesma ciência. É certo que nem Adolfo Coelho na sua sistemática, nem, como dissemos, Rocha Peixoto, enunciam expressamente estes seus conceitos; mas eles ressaltam implicitamente dos factos. No que respeita a Adolfo Coelho, já no seu «Esboço de um programa de estudo de Etnologia Peninsular» publicado em 1880, ele encara, embora com certas imprecisões, e em vista à resolução de problemas de *Etnologia* — no sentido geral de Étnica — estudos da temática folclórica ao lado de outros sobre a cultura material, indústrias populares antigas, casas, agricultura, cerâmica, arte popular e carácter nacional; e no seu programa para a Exposição Etnográfica Portuguesa — e este título é já uma tomada de posição — de 1896, ele nota que em Portugal se têm feito apenas estudos folclóricos — poesia, contos, superstições, jogos e festas — e que urge também estudar a psicologia e os elementos materiais da vida do povo «das classes trabalhadoras, em especial das regiões rurais» — num critério sociológico de Etnografia que Leite de Vasconcelos mais tarde ampliará —; e explicita: «a exposição (que

(1) Marcel Griaule. *Méthode d'Ethnographie*. Paris, 1957, pp. 3, 4, 8, 72, etc.

qualifica de etnográfica) compreenderá sobretudo objectos materiais, próprios para dar ideia da vida do povo português no que ele tem de próprio, característico tradicional». E para ambos os casos requiere a «precisão científica», «método seguro», e a necessidade de «um inquérito completo» (1). Em todo o caso, Adolfo Coelho — linguísta de formação — a despeito deste seu ponto de vista, continua a ser essencialmente um etnógrafo folclorista, mitógrafo convicto, que apenas incidental e tardiamente se debruçou sobre temas ergológicos, nomeadamente no seu magistral estudo sobre a Alfaia agrícola portuguesa, datado de 1900, e publicado na *Portugália* (e que, curiosamente, vem sob a rubrica das «Notícias» — por se tratar de uma notícia sobre a exposição de alfaias realizada na Tapada da Ajuda, mas que transcende francamente esse aspecto — e não sob a rubrica de «Etnografia e Folclore»).

Rocha Peixoto, porém — e essa a sua característica dominante e a sua inovação original — não só foi o primeiro entre nós a levar a cabo um estudo sobre formas materiais da tradição, e a incluí-lo deliberadamente e corajosamente numa rubrica expressa de Etnografia — o seu artigo sobre Malacologia Popular, datado de 1890, e publicado no 1.º volume da *Revista de Ciências Naturais e Sociais* —, mas é mesmo essencialmente um ergologista e etno-sociólogo que se consagrou acima de tudo a esses aspectos da tradição. Como nota Flávio Gonçalves, após ele outros investigadores, na mesma orientação, passaram a enviar para a *Portugália* artigos onde analisavam motivos diversos das nossas tradições materiais e sociais; lembramos por exemplo não só os de Tude de Sousa sobre os regimes pastoris e comunitários do Gerês, o de Silva Picão sobre a Etnografia do Alto Alentejo — e note-se a expressão, então já consagrada entre nós, e que qualificará vários outros trabalhos similares —, o do próprio Teófilo Braga sobre *Estampa Popular*, que tem um pouco esse carácter, etc. Pode-se mesmo supor que Rocha Peixoto tenha colaborado directa ou indirectamente com Adolfo Coelho na elaboração do conceito implícito de Etnografia patente no título da sua «Exposição» de 1890, que de resto não coincide com aquele que formula expressamente no seu esquema. E foi certamente por influência do exemplo de Rocha Peixoto, ou porque por ele foram solicitados, ou porque na *Revista* que ele dirige encontravam, graças a ele, ambiente propício, que essa orientação assim se generalizou e fez escola entre nós, aderindo a ela, como vimos, o próprio Teófilo Braga, que desde sempre se voltara exclusivamente para as tradi-

(1) Adolfo Coelho. *Exposição Ethnográfica Portuguesa*. Lisboa, 1896, pp. 7 e 11.

ções orais (1) e sobretudo, mais tarde, Leite de Vasconcelos, que, de entrada exclusivamente folclorista, fará seguidamente dela a pedra angular da sua sistemática.

Incidentalmente, contudo, e em artigos menores — os Cercos, as origens de uma fórmula mágica, e alguns capítulos insertos em *A Terra Portuguesa* — as Maias, o S. João, o Natal — Rocha Peixoto aborda também temas folclóricos, fazendo-se então eco das correntes mitográficas vigentes e da teoria das sobrevivências. Ele proprio declara expressamente; «As festas populares de hoje têm, de ordinário, a origem nos cultos naturalísticos de outrora, o Natal que é a solenidade do solstício do inverno; as Maias no mês em que triunfa o verão, estação procreadora e fecundante do inverno, parado e estéril». «Nas tradições populares d'hoje, ainda aparecem detrictos das concepções primitivas acerca dos astros e principalmente do sol» (2). E mesmo ao seu estudo sobre a Malacologia Popular, chama um esboço de «mitologia zoológica» (3).

De Folclore e de Etnografia, Adolfo Coelho e Rocha Peixoto tinham portanto conceitos fundamentalmente idênticos aos que Leite de Vasconcelos viria a estabelecer na sua sistematização, e que ainda hoje nos aceitamos como válidos, com simples pequenos ajustamentos. De Etnologia, porém, tinham estes Autores uma ideia totalmente diferente da nossa, e de resto nem sempre clara, porque traduzindo resíduos de ordem vária; e, nessa orientação, Rocha Peixoto, na verdade, nunca se poderia considerar um etnólogo.

Etnologia, para Adolfo Coelho, era, como vimos, o estudo geral de todos os povos, da sua formação e desenvolvimento, decadência e desaparecimento, das variações de carácter étnico, sob a influência de acções naturais ou sociais, dos diversos tipos de sociedade que os povos nos apresentam, dos diversos elementos da vida social, de modo a permitir que, por um método comparativo, se possam estabelecer os princípios e leis gerais que regem esses fenómenos. A Etnologia applicava-se ao estudo de todos os povos, quer «primitivos» quer «civilizados», sem a limitação etnocêntrica que era corrente nessa época. Assim é que estabelece um Programa de estudo da Etnologia peninsular.

Esta definição, quanto aos seus objectivos e limitações, representa um progresso considerável em relação à concepção de Qua-

(1) Flávio Gonçalves. Rocha Peixoto, Póvoa de Varzim, Boletim Cultural, vol. IV, n.º 2, Póvoa de Varzim, 1965, p. 310.

(2) Rocha Peixoto. *A Terra Portuguesa*, Porto, 1897, caps. A Maias, O S. João, O Natal, pp. 75, 109 e 239.

(3) Rocha Peixoto. Contribuições para a Ethnographia Portuguesa. Notas sobre Malacologia Popular, in: Revista de Ciências Naturaes e Sociaes, vol. I, p. 75.



Rocha Peixoto. Cliché da Photographia Moderna (Porto).

Fotografia reproduzida pela primeira vez no jornal
O Primeiro de Janeiro de 20 de Novembro de 1908.

trefages e da Escola de Paris, essencialmente antropológica, e aplicável de facto sobretudo aos «primitivos» actuais ou do passado. Por isso, Topinard prescindia mesmo da Etnologia, considerando suficiente a Antropologia para o estudo dos caracteres físicos de todos os homens, e a Etnografia para o das suas formas de vida.

Adolfo Coelho substitui insistentemente, como Topinard, a noção de «raça» pela de «povo» — ou «grupo étnico», como hoje diríamos —, e isso dá sem dúvida nova incidência à Etnologia; mas, na sua ideia, subsistem resíduos dessas orientações antropológicas: seja «raça» ou «povo», nele é sempre presente a consideração do elemento somático étnico, a que dará grande relevo nos seus estudos.

Etnologia era afinal, para Adolfo Coelho, uma tentativa de explicação da vida dos povos na sua totalidade, incluso na sua cultura, espiritual e material, com forte acentuação antropológica e histórica — e com pontos de contacto, como ele diz, com a sociologia de Spencer e com a filosofia da História (mas sem considerações finalistas de qualquer espécie ⁽¹⁾). Muitas vezes, entenderá o estudo da cultura de um povo não como um fim em si mesmo, mas tendo, acima de tudo, em vista à determinação das origens, antepassados ou constituintes étnicos desse povo, e, em geral, o esclarecimento de problemas étnicos.

No referido Programa de Etnologia Peninsular, projecta estudos de antropologia física e linguística, do folclore em geral — costumes, superstições, literatura oral —, indústrias antigas e artes populares, e carácter nacional — para resolver quais os povos que habitaram a Península desde os começos, os que têm preponderância física, as correntes de civilização que aqui actuaram e suas influências, e quais os elementos que contribuíram para a civilização e génio portugueses.

*

Nos estudos folclóricos e etnográficos dá-se geralmente — e nomeadamente Rocha Peixoto — grande relevo à dimensão histórica, directamente ou implicitamente na ideia das «sobrevivências» — sobrevivências de mitos em costumes, lendas e crenças, e de formas materiais, no traje, na iluminação, na olaria, etc.; e determinado Autor diz expressamente que os estudos etnográficos — a análise de um costume, das minúcias de um ornato, das

(1) Adolfo Coelho, Sobre os conhecimentos étnicos dos Gregos e dos Romanos, loc. cit., p. 52.

particularidades de um vestuário — podem resolver problemas de antropologia e até de história, Mas essa dimensão histórica articula-se na acentuação étnica, e funciona como um elemento de determinação de relações, filiações e origens dos povos. Assim, são considerados de carácter etnológico e paleo-etnológico os estudos sobre as origens étnicas, os povos pré-históricos e antigos, seus costumes e apetrechamentos, etc. Na *Revista de Ciências Naturais e Sociais* alinham-se, sob a rubrica de Etnologia, os trabalhos de Adolfo Coelho sobre os conhecimentos étnicos dos gregos e dos romanos, e sobre o suposto escandinavismo de Antero; de Martins Sarmiento, sobre os Atlantes de Diodoro Siculo, em que a análise das teogonias e mitologia dos povos que habitaram a orla atlântica do mar, do Norte ao Atlas, servem para se extrair conclusões quanto a um remotíssimo povoamento ariano no litoral peninsular —; e até, curiosamente, os de Teófilo Braga sobre o romance espanhol da «Serrana de la Vera», que mata todos os seus amantes, e que compara com o mito caldaico de Istar e Tamuz, considerando-os não de carácter folclórico mas sim «etnológico», porque servem fundamentalmente de base para uma hipótese étnica — a existência, no povo que conservou esse romance, de um substracto mongolóide, que teria contactado com esses caldeus; e conclui: «Estas diferentes fases de uma mesma tradição ajudam a conhecer o carácter antropológico da raça que precedeu os Árias da Europa» ⁽¹⁾.

Expressamente, Rocha Peixoto chama aos trabalhos de Fonseca Cardoso sobre uma estação cheleana no vale de Alcântara, e sobre a arqueologia do Monte da Cividade, «estudos de paleo-etnologia» ⁽²⁾ — dando assim implicitamente ao termo um sentido étnico—. E na *Portugália*, onde, como dissemos, não existe a rubrica de Etnologia, incluem-se sistematicamente na de Paleoetnologia e Paleoetnografia todos os estudos sobre estações pré-históricas e seu mobiliário; Rocha Peixoto chama etno ou paleoetnológica a secção de epigrafia lapidar, machados de pedra e bronze, artefactos e objectos romanos e pós-romanos, olaria e numismas do Museu de Bragança ⁽³⁾; fala, a propósito do estudo de Carolina Michaelis de Vasconcelos sobre os Púcaros, nas «ancestralidades mais remotas», «de que a ilustre publicista não dá conta», mas que

(1) Teófilo Braga. O mito de Istar em uma lenda popular estremenha e asturiana, in: *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, vol. I, Porto, 1890, p. 17.

(2) Rocha Peixoto. Notas sobre uma estação cheleana do Vale de Alcântara, in: *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, vol. 5.º, N.º 17, p. 48.

(3) Rocha Peixoto. O Museu Municipal de Bragança, in: *Portugália*, vol. II, p. 120.

a paleoetnologia decididamente já acusou» (1); e considera o Museu Etnológico de Lisboa «instituído para arquivo e estudo das antiguidades regionais».

Leite de Vasconcelos, no que respeita a estas disciplinas, situa-se na mesma linha de Adolfo Coelho e Rocha Peixoto, precisando mesmo algo mais os seus conceitos. Para ele, numa definição discursiva, Etnografia é o estudo de «todos os fenómenos de pouca monta, algo enraizado na tradição; e os que o vulgo e o não vulgo, quando no modo de pensar e sentir se lhe compare, vão semelhantemente produzindo no transcurso das ideias, por prazer, por instinto e contemplação, admiração e idealização que os cerca; todas as coisas simples, de feição obsoleta, e outras que eles criam a pouco e pouco por motivos idênticos aos que os levam a inovações na vida do espírito, e juntamente, por necessidade, condescendência com a civilização e desejo de bem estar (a seu modo)»; e ainda «indicações gerais a respeito do uso da linguagem», e a consideração das qualidades físicas e psíquicas gerais da gente «em cuja alma os fenómenos se passam ou a que as referidas coisas e actos pertencem», e outrossim «a da terra que à mesma gente serve de Pátria e moradia» (2).

E mais tarde, definindo «cultura» como sendo tudo o que o homem adiciona à natureza, todas as manifestações culturais, que abrangem os mais variados domínios da vida humana; e que a Etnografia estuda: Quanto à cultura material, factos relacionados com a alimentação, a habitação, o vestuário, o enfeite, a higiene, a indústria, o transporte, a agricultura, a pesca, a criação e domesticação de animais, etc. Esses factos são estudados sobre variados aspectos, como o conhecimento dos objectos, materiais e processos usados nas correspondentes actividades, os tipos e ornatos dos utensílios e das construções, práticas rituais, significado e objectivo atribuídos a vários usos, etc. Os cuidados da higiene corporal, as mutilações e deformações, tatuagens e pinturas, enfeites, uso de excitantes e narcóticos, o canibalismo, etc., são também objectos de investigação etnográfica. Muitos desses factos ligam-se já à vida psíquica, a qual se manifesta também nas línguas, nas gírias, no gesto, na religião, nas superstições, na arte, em jogos e recreios,

(1) Rocha Peixoto, in: Portugal, vol. II, p. 298.

(2) J. Leite de Vasconcelos, Etnografia Portuguesa, I vol., Lisboa, p. 5.

na luta contra o espírito e outras doenças, em exercícios físicos, na moral, nos mitos e tradições, na ciência popular, etc.

A Etnografia ocupa-se ainda de organizações sociais, hierarquias, relações dos sexos e das pessoas de família, educação das crianças, práticas e crenças relativas ao nascimento, ao casamento e à morte, regime de propriedade, noções de direito e de justiça, sociedades secretas, fórmula de polidez, guerra, moeda, comércio, etc.

O objectivo da Etnografia, pois, para o Autor, são todos os «fenómenos que constituem património da Nação, ou que foram gerados espontaneamente (ou quase), antigos, tradicionais, característicos, conforme ao génio dele, ou trazidos de fora, e que, uns povos civilizados se contrapõem aos «que pertencem propriamente à civilização, importados mais ou menos recentemente de fora» (1).

Etnografia Portuguesa é o estudo do povo português no que toca no mais saliente da sua personalidade física e psíquica, às suas divisões, classes, tipos, e alteração numérica ao longo das idades; aos seus costumes de feição antiga e no seu conjunto característico — falando-se em conjunto, porque avulsamente apreciados, quase todos têm paralelismo em povos estranhos —, compreendendo espécies económicas, e estrutura social; às suas tradições orais, que andam na voz do vulgo, de geração em geração, e objectivas (coisas tradicionais, uma fonte, aldeia, cajado); ao seu habitat, no seu aspecto natural e histórico — tanto quanto baste para a nítida compreensão ou interpretação da vida tradicional. Por costumes característicos, entende-se, além do que fica dito — criações espontâneas, tanto do vulgo (cantigas, adágios, topográficos, formas de arte), como da parte culta da população (embora o que provem desta última pertença mais em particular à História da Civilização, e não à Etnografia; mas nem sempre se pode fazer bem a distinção entre ambas) (2).

Para Leite de Vasconcelos, pois, num conceito muito amplo, a Etnografia estuda todas as formas tradicionais de um povo, nos seus aspectos orais, materiais e sociais, e mesmo a sua personalidade antropológica, étnica e psíquica, e as suas relações com o ambiente natural — numa palavra, tudo o que constitui a vida própria desse povo, no tempo e no espaço, costumes, mentalidade, modo de viver, cultura, e o caracteriza e distingue em relação aos demais. A Etnografia é pois a descrição e explicação total do homem regional. Ela refere-se tanto aos povos «selvagens» ou de «meia civilização», como aos civilizados mas, nestes, apenas no

(1) J. Leite de Vasconcelos, op. cit., p. 4.

(2) J. Leite de Vasconcelos, op. cit., p. 7. Sobre o sentido técnico exacto do termo *civilização* ou *Civilização* e *Cultura*, (Magalhães Godinho), in: Enciclopédia Focus, vol. 2, pp. 105-106, 251-252.

que neles há de tradicional e espontâneo, isto é, o que pertence ao «povo» propriamente dito, e o que pertence às classes «cultas» mas que é também espontâneo e de natureza tradicional. Leite de Vasconcelos adopta assim um critério psico-sociológico na definição do facto etnográfico: é etnográfico o que é de natureza e origem popular, quer continue a pertencer ao povo, quer subsista atávicamente nessas outras classes alargando assim o critério sociológico tradicional do «popular», a que se limitara Adolfo Coelho.

Deste modo, Leite de Vasconcelos não opõe, mas, expressamente, inclui o Folclore na Etnografia, como um capítulo especial, e atribui-lhe «objectiva ou teoricamente», o seu domínio clássico: a tradição oral — superstições, literatura popular (xácaras, canções, adivinhas, rimas infantis, ensalmos, adágios, contos, lendas), canções e música, folgança, jogos, festas, medicina — «o que anda na voz e na prática do povo» — com exclusão dos factos da cultura material, cujo estudo compete então a outro capítulo especial também incluído na Etnografia — a Ergologia. A Etnografia é essencialmente descritiva, mas, nesse plano, ela deve obedecer a métodos e planos científicos, que garantam o maior rigor objectivo.

A Etnologia ocupa-se fundamentalmente dos mesmos assuntos que a Etnografia, mas situa-se num nível superior ao desta, como ciência de comparação, coordenação, sistematização e interpretação dos dados individuais que ela fornece; e, além disso, ocupa-se das origens e da razão de ser de um povo, e das leis a que obedece o seu desenvolvimento colectivo. O seu sistema, que põe em prática na «Etnografia Portuguesa» é portanto: A ciência geral do conhecimento dos povos é a Etnologia, que compreende 1) a Etnogenia (tal como na sistemática de Adolfo Coelho), que, com base nos dados da Antropologia Física, na História e na Glotologia, estuda as origens do povo em questão; 2) a Etnografia, que pode ser descritiva ou comparativa-genética, e referir-se a um período determinado ou a um conjunto de períodos (desde a antiguidade) e que estudará: a) o território e a raça; b) o Folclore; c) a Ergologia; 3) a Etnologia geral — de conclusões gerais e sínteses (1).

A sistemática de Leite de Vasconcelos marca um passo em frente, relativamente a Adolfo Coelho, no que respeita sobretudo ao enquadramento da Etnografia no quadro de uma Etnologia geral, como estudo fundamental de um povo; e acima de tudo na definição concisa da posição do Folclore em relação à Etnografia. Ela usa já a palavra «cultura», com a intuição do seu conteúdo exacto, mas que dá por exemplificação, sempre naturalmente incompleto.

Mas o seu conceito de Etnologia mostra ainda resíduos de carácter antropológico, e não atinge o sentido essencial que dialécticamente já encerra. Além disso não se diz se o Folclore é ou não aplicável ao estudo da tradição oral desses «selvagens»; assim devia ser logicamente, mas uma tal inovação era profundamente revolucionária, e não é indubitável que tenha estado na ideia de Leite de Vasconcelos; e, finalmente, as suas definições não vão até ao fim das suas possibilidades virtuais, e param, de certo modo arbitrariamente, à quem das suas últimas consequências.

O passo decisivo nestes domínios seria dada pelo Professor Jorge Dias, que realizou a sistematização luminosa de todas as sucessivas conquistas de Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos, depurando-as dos preconceitos, indecisões e ilogismos residuais que caracterizam os primeiros passos da elaboração conceptual de uma ciência nova. A consideração do elemento antropológico racial nos estudos do comportamento social do homem não é porventura de desprezar inteiramente; mas não é ele certamente que o explica. E todo o progresso destas ciências consistiu precisamente na separação dos conceitos de *raça* e até de *povo* — ao mesmo tempo que o de *tradição*, com a acentuação formal de uma dimensão histórica — e a sua substituição pelo de *cultura*, de elaboração recente, complexa e sintética. O homem é um ser não só social, mas também — e essencialmente — cultural, que pela própria constituição do seu espírito, organiza necessariamente todo o seu sistema de vida e de relação, o seu mundo mental e o seu apetrechamento material para o trabalho e a luta pela sobrevivência, e até mesmo grande número de dados naturais e funções fisiológicas, de acordo com regras fixadas de forma peculiar dentro do grupo, e transmitidas de pais e filhos. É isso a cultura: a «herança social», como diz Ralph Linton, ou o «conjunto das tradições sociais», como diz Robert Lowie — ou seja «o conjunto de formas e produtos da tradição social». A cultura, assim definida, ultrapassa o conceito de tradição, porque abrange todas as demais manifestações da herança social de um povo, que, sob o ponto de vista do comportamento dos indivíduos, actuam do mesmo modo que aquela; e, por isso, ela domina e ultrapassa também o conceito de popular (ao qual Leite de Vasconcelos a confinara) — de resto teoricamente insustentável —, visto que é presente e se actualiza como factor determinante de comportamento em todos os indivíduos do grupo (embora possivelmente em graduações diferentes) e em toda a espécie de manifestações, mesmo nas chamadas formas de cultura superior: artes, ciências, filosofia, a própria indústria. Falamos com acerto na poesia portuguesa, na mística racional alemã, na indústria italiana, no automóvel americano. E lembramos que a gente da *Portugália* entrevira já estes aspectos — de resto

(1) J. Leite de Vasconcelos, op. loc. cit.



Romaria de N.ª S.ª da Peneda (Gavieira, Arcos de Valdevez). Grupo deromeiros de Arcos de Valdevez (Setembro de 1896).

Cliché de Rocha Peixoto.

excluindo-os do seu programa de estudos —, ao admitir «tonalidades da alma popular» nas próprias «manifestações eruditas das ciências, artes, letras e indústrias» (1).

Cultura, além disso, acentuando uma dimensão essencial funcional, compreende tanto as formas estáticas dessa herança tradicional, como as suas próprias forças dinâmicas — os «padrões de cultura» —, tipos formais ou categóricos que constituem o matiz basilar de cada grupo, de acordo com os quais os indivíduos nele integrados modelam a sua conduta e respondem mesmo a situações imprevisíveis.

A cultura não é dado genético ou biológico — não se relaciona com tipos raciais — nem uma entidade metafísica. É de puro carácter social, e actualiza-se apenas na consciência de cada um; mas, dada a necessária vocação cultural do Homem, é por vezes difícil distinguir, no seu comportamento, o que é natural e o que é cultural. Não há raças superiores nem inferiores: há culturas diferentes, e nenhuma delas é central; os seus níveis diversos relacionam-se não com aptidões raciais específicas, mas com factores de ordem geográfica, histórica e outros. Isto leva-nos necessariamente ao postulado fundamental da relatividade das culturas: não existe um tipo padrão de valorização: a família patriarcal europeia, por exemplo, não está mais certa do que a família matriarcal de Trobriand, e ambas as formas são aspectos de uma mesma instituição multiforme. Prescinde-se pois, no estudo do comportamento cultural, da consideração puramente antropológica de raça, a cujo valor, de resto, se atribui hoje uma importância geral menor. Na explicação do Homem, o conceito de cultura domina os da raça, tradição, povo — é o que chamamos o critério etnológico de cultura; a Etnologia domina a Antropologia.

Ficam assim banidas quaisquer limitações socio-ou etnocéntricas: o Homem é o mesmo sempre, diferente apenas na infinidade das culturas e na variedade dos comportamentos por elas enformados. A tese de Levy-Bruhl sobre a mentalidade dos «primitivos» — o «pré-logismo», o pensamento mítico e não racional que fundamentava o dualismo na Etnologia — se é de admitir, é-o não como uma característica racial desses «primitivos», mas como um aspecto geral da humanidade, presente, em graus diversos, em «primitivos» e «civilizados». As leis dos comportamentos culturais são universais; e a ciência do Homem como ser cultural é só uma — a Etnologia (ou Antropologia Cultural, como dizem preferentemente os americanos) (2). A Etnologia, se requiere certamente

(1) Ricardo Severo, Portugalia, vol. I, Porto, 1899-1903, Prospecto.

(2) Entre os Americanos, a Etnologia dá-se preferentemente o nome de Antropologia Cultural. Magalhães Godinho, reconhecendo embora a identidade fundamental do conteúdo das duas expressões, entende que a Antropologia Cultural estuda

uma vocação nata temperamental, uma visão do mundo especial, o gosto, a aceitação, a compreensão, da variedade das paisagens humanas e naturais, o sentido universalista do homem, o caleidoscópio dos seus comportamentos, é hoje, acima de tudo, um ramo do saber organizado, uma disciplina científica que se domina e maneja apenas com uma preparação universitária especializada. Não se é etnólogo lendo-se um livro de etnologia, como não se é historiador lendo-se um livro de história.

Existem presentemente cursos de Etnologia em inúmeras universidades, e entre nós pensa-se na organização de uma licenciatura em ciências etnológicas nas Faculdades de Letras. À Etnologia compete o estudo dos princípios e leis gerais da cultura, a sua sistematização comparativa e interpretativa, a sua estruturação. Ela pressupõe uma parte preliminar descritiva das culturas individualizadas ou de sectores de uma cultura, mas que é também de carácter estritamente científico, e integrada no contexto basilar de Etnologia: essa parte descritiva é a Etnografia. O Folclore, a Ergologia, no seu sentido clássico, são capítulos da Etnografia, que correspondem a outras tantas especializações, ao lado da etno-sociologia, da etno-psicologia, da etno-musicologia, e porventura mais ainda; mas todas elas, como a Etnografia, se acham integradas no sistema geral da Etnologia, que as orienta, e que dá o verdadeiro significado e situação dos factos particulares de cada povo ou elemento cultural no quadro geral da humanidade. Um folclorista tem que ser um etnólogo qualificado que observa e estuda as tradições orais à luz dos princípios gerais da Etnologia.

De acordo com estes conceitos, poder-se-á dizer que Rocha Peixoto foi um etnólogo? Em sentido restrito é evidente que não. Rocha Peixoto carecia de preparação etnológica propriamente dita, e na sua obra notam-se por vezes deficiências gerais de metodologia e sobretudo de uma metodologia etnológica que no seu tempo ainda se não definira; e se é certo que, aplicando ao estudo da cultura nacional a Etnografia, superava um conceito etnocêntrico então corrente, por outro lado tinha certos preconceitos ráticos inibidores ⁽¹⁾ (aliás característicos da época, influenciada pela concepção sociológica de Comte) que seriam hoje a própria negação da visão etnológica do mundo. Que ele foi essencialmente um

o homem no seu aspecto total e universal, estabelecendo as suas semelhanças e diferenças, quer dizer, numa visão unitária e total do Homem, a Etnologia estudaria os diversos homens nos variados grupos, i. é, numa visão pluralista e diversificada dos homens (cfr. FOCUS, Enciclopédia Internacional, vol. II, Lisboa, 1966, s. v. Etnografia e Etnologia, pp. 511 e 512).

(1) Por exemplo em A Sociedade Carlos Ribeiro (loc. cit., p. 185), e em comentário de Zaborowski sobre La Race in: Le Portugal, de vários, (Paris, s./d.), in: Portugalia, I, pp. 662 e 663.

etnógrafo, não há qualquer dúvida, e ele próprio assim considerava os seus escritos sobre estes temas, incluindo-os quase sempre sobre rubricas expressas de Etnografia. Mas a Etnografia era, para ele, matéria indiscutivelmente científica, que ele abordava apetrechado com uma sólida bagagem bibliográfica do mais alto nível, e, nas suas investigações, ele usava métodos de observação estritamente objectivos e uma crítica sistemática, a que o seu cientismo naturalístico conferia o maior rigor. Nas palavras de Flávio Gonçalves, além da «seriedade e inteligência do labor etnográfico, e a riqueza das suas informações», ninguém como ele, em Etnografia, «tentou explicar cientificamente as origens e formas das criações populares, servindo-se, para tanto, quer dos seus conhecimentos de arqueologia, quer de uma bibliografia adequada e vasta, necessária à síntese etnológica». «Nunca deixou também de procurar os factores de ordem social que poderiam auxiliá-lo a compreender, e mesmo a fundamentar, objectos e costumes» ⁽¹⁾.

Era também em termos perfeitos de ciência que ele concebia o Folclore, que aliás, implicitamente, incluíra já, antecipando o sistema de Leite de Vasconcelos, na Etnografia, como capítulo especializado da literatura oral dentro do estudo geral da tradição de um povo. Não só transcreve a referência de Marillier que afirma o carácter científico dessa disciplina contra um amadorismo que muitas vezes a ofusca e diminui ⁽²⁾, mas considera mesmo como «etnógrafos» certos autores que, noutros passos, apelidára de «folcloristas» ⁽³⁾.

As suas descrições, livres de considerações afectivas, estéticas, ou sequer valorativas, com a perfeita isenção do cientista, alongam-se sempre em amplas e seguras perspectivas humanas, históricas, universais, numa tentativa de compreensão e explicação à luz de conhecimentos científicos inter-disciplinares. Como diz mais uma vez Flávio Gonçalves, não era Rocha Peixoto «um simples, posto que cuidadoso, relator do que observava: a análise metódica e directa

(1) Flávio Gonçalves. Rocha Peixoto, loc. cit., p. 312.

(2) Léon Marillier. Le Folk Lore et la Science des Religions, in Actes du I Congrès International d'Histoire des Religions, Paris, 1901, cit. por Rocha Peixoto, in: Portugalia, I vol., p. 868.

(3) Assim, por exemplo, denomina «etnográfico» o estudo de Pedro Fernando Tomás sobre as Canções Populares da Beira; considera a Tradição uma revista de Etnografia, e os trabalhos de Dias Nunes «folclóricos e de etnografia local»; chama às «Diabruras, Santidades e Profecias», de Teixeira de Aragão, «uma contribuição histórica e etnográfica de alto valor»; entende que as «lendas» de Albino Lopo interessam o folclorista e o etnógrafo; e sobretudo, chama a Paul Sebillot «o distinto folclorista francês», e, adiante, «o ilustre etnógrafo francês»; etc. Ver: Revista de Ciências Naturaes e Sociaes, vol. 5.º, N.º 17, Porto, 1897, pp. 55-56; Portugalia, II, p. 483, e I, pp. 863-866; Revista de Ciências Naturaes e Sociaes, vol. 2.º, N.º 7, Porto, 1892, p. 135 — respectivamente.

completa-a sempre com a interpretação crítica, sem a qual não há verdadeira ciência» (1). E verdadeira ciência era indubitavelmente, em Rocha Peixoto a Etnografia — ciência na sua concepção, no seu enquadramento, na sua metodologia, nas suas raízes e objectivos. Ora, uma Etnografia científica, é já Etnologia. E era na verdade com autêntico espírito de etnólogo que Rocha Peixoto encarava e abordava os estudos etnográficos. Algumas intuições teve mesmo que são já do domínio da Etnologia, e representam notáveis antecipações — por exemplo, aquilo a que corresponde muito estritamente ao conceito de «área cultural», que se chama «uma mesma família etnográfica» (2); a da importância do factor geográfico na elaboração de certos elementos culturais a propósito da casa (3); etc.

Flávio Gonçalves remata: «Considero Rocha Peixoto nos domínios da ciência etnográfica, o nosso mais lúcido pioneiro da ergologia e da etnossociologia, capítulos a que atendeu tendo sempre em mira fornecer subsídios às sistematizações do que hoje entendemos por Antropologia Cultural» (4). E assim, dentro do nosso esquema sistemático, podemos certamente considerar Rocha Peixoto um etnólogo — o que significa a consagração da sua obra de etnógrafo.

Ao contrário do que se tem suposto, Adolfo Coelho não foi sempre um puro etnólogo de gabinete, trabalhando apenas sobre material escrito, recolhido e até muitas vezes já analisado por outros estudiosos. No seu ensaio sobre os «Conhecimentos étnicos dos gregos e dos romanos», datado de 1890, referindo-se a Asclepiades de Mirleia, que ensinou entre os Turdetanos no tempo de Pompeu, e escreveu o *Turdetaniarum Pariegesis*, diz o nosso erudito: «este escritor representa o ponto culminante da ciência etnográfica e etnogénica dos antigos, conquanto a sua obra seja essencialmente um trabalho geográfico e histórico, e o Autor mais um escritor, um erudito de gabinete, do que um observador directo da natureza e dos povos que escreve» (5) — o que, da parte de Adolfo Coelho, representa evidentemente uma afirmação metodológica implicando uma regra de facto que o própria devia ser o primeiro a observar. De resto, em uma breve passagem de uma sua carta a Leite de Vasconcelos, datada de fins de 1881, ele escreve: «Perquentei há alguns anos em Trás-os-Montes pelo

(1) Flávio Gonçalves, Rocha Peixoto, loc. cit.

(2) Rocha Peixoto, Os Palheiros do Litoral, in: Portugalia, Porto, p. 79.

(3) Rocha Peixoto, Os Palheiros do Litoral, e também A Casa Portuguesa, in: Seroes, 2.ª série, n.ºs 2 e 3, Lisboa, 1905, pp. 106-110 e 209-214.

(4) Flávio Gonçalves, Rocha Peixoto, loc. cit., p. 315.

(5) Adolfo Coelho, Sobre os conhecimentos étnicos dos Gregos e dos Romanos, loc. cit., vol. I, p. 57.

Trasgo, quase nada apurei de novo, etc.» (1) — o que no-lo mostra perguntando e investigando no decurso de excursões no País, que talvez porém não mereçam o nome verdadeiros trabalhos de pesquisa em campo. Mas verdadeiros trabalhos de pesquisa em campo, eram sem dúvida as andanças de Rocha Peixoto, inovador também nesta concepção metodológica de observação directa e de contacto em etnografia, as «excursões científicas do grupo», como diz ele próprio —: longos passeios, muitas vezes a pé, a princípio, para recolha e estudos geológicos, em Fanzeres, Rio Tinto, S. Pedro da Cova, Valongo, «equipados de geólogos, com martelos pendentes de um cinturão, etiquetas e caderno de notas numa espécie de canana» (ou cartucheira de couro), ocasionando por vezes, nas aldeias semi-bárbaras desses tempos, «o dissabor de recepções a remoço e à pedrada»; e depois, em Vila do Conde, explorando a cidade de Bagunte, «com cavas e desaterros que punham os indagadores, ao entardecer, desfalecidos, mesmo a despeito da alegria das descobertas e colheitas», e mais longe, nas citânias de Roriz e Monte Córdova — «heroicidade e sofrimento»: o «caixa» da excursão perdera o dinheiro, e, «ao cabo de um dia em extasi e em perscruta», um «horizonte de fome e de longo e martirizante regresso», «marchando dia e noite muitas horas» ... Mas as andanças alongam-se; nesse anseio de conhecimento, sozinho ou com os demais do seu grupo, aparelho fotográfico a tiracolo, canhenho de notas no bolso, o mais puro amor e entusiasmo nos olhos e na alma, e nos pés a liberdade dos caminhos, em outras explorações, etnográficas, arqueológicas, antropológicas, naturalísticas, ele vai correndo todo o País, desvendando e procurando compreender as suas paisagens naturais e humanas, a vida do seu povo. Vêmo-lo palmilhar o litoral, visitando Aveiro e a Figueira, auscultando a duna, deixando entrever o seu sereno encantamento de erudito perante a visão palafítica dos palheiros, parando em Óbidos, na Batalha, nas Caldas, em Mafra, até Lisboa; o estudo das indústrias ou outros aspectos locais leva-o a terras de Barcelos, Amarante, Ancede, Baião, a Ossela, às olarias, a Gondomar, e a Travassos, às filigranas, às feiras de Penafiel, Arcos, Ponte, Mirandela (2).

Sem falar das terras da sua mais longa permanência, os arredores do Porto, Entre-Douro-e-Minho, e, acima de tudo, a sua querida Póvoa (que, em pequenas notas discretas, mostra conhecer profundamente), são-lhe familiares a ribeira e a serra minhota, desde

(1) J. Leite de Vasconcelos, Adolfo Coelho e a Etnografia Portuguesa, Famalicão, 1920, cartas de fins de 1881, p. 16.

(2) Rocha Peixoto, A Sociedade Carlos Ribeiro, loc. cit., pp. 194-196, etc., e de um modo geral todos os seus trabalhos publicados na Portugalia.



Romaria de N.ª S.ª da Peneda (Gavieira, Arcos de Valdevez). Grupo de romeiros de Arcos de Valdevez (Setembro de 1896).

Cliche de Rocha Peixoto.

as Argas a Melgaço e Castro Laboreiro, o Soajo, a Peneda — donde dá notícias das *verandas* e *inverneiras* —, e as aldeias da Amarela e da Cabreira, Castelo da Nóbrega e o Bouro, o Gerês, o Barroso e as Alturas, a chá de S. Vicente; o Larouco, Montalegre, Pitões e Tourém; as terras de Basto, o Alvão, uma e outra vertente do Marão, a Campeã e o rio Ovelha; Freixo, Moncorvo, Miranda, Bragança, Montezinho e Nogueira, terras de Cõa, Montemuro e Gralheira —, todo o norte serrano, castiço e arcaizante —, por toda a parte, observando, investigando, colhendo notas e materiais, fotografando, interpretando — para os seus trabalhos dos palheiros, do traje serrano, da casa portuguesa, da iluminação popular, dos cataventos, dos regimes pastoris —, recheados de preciosos informes, ensinamentos, sugestões — que só uma sólida experiência do País lhe podia dar (1).

Nestas andanças por um Portugal antigo e virgem, parco de estradas, transportes e cómodos, está todo o amor de Rocha Peixoto pelo país e pelo seu povo. Não uma histeria balofa, deliquescente e absurda, que exalta lugares comuns, e nem sabe o que somos porventura, por essa «amplificação delirante do critério patriótico», como ele lapidarmente estigmatiza (2); mas um amor ao País, esclarecido e construtivo, que é desejo de conhecimento e consciência da verdade, e que distingue o bem do mal — um amor tão profundo e sincero como lúcido, e por isso mesmo doloroso.

Sem dúvida, ao falar nas faculdades criadoras do português, no nível das suas realizações plásticas, na sua forma de viver, no seu temperamento básico, — esse impiedoso «cruel e triste fado» que nos amarfanha —, nas olarias, nos azulejos, nas filigranas, nas artes do ferro, nas casas —, o seu pessimismo é cortante, contundente — por vezes excessivo (3); ainda hoje, com um apetrechamento meto-

(1) Rocha Peixoto, Os Cataventos, O Traje Serrano, Sepulturas abertas em rocha, *Ensaio Ethnographicos*, de J. Leite de Vasconcellos (rec. critica), in: *Portugália*, II, pp. 439-448, 360-389, 287-288, 135-136, respectivamente; e *A Casa Portuguesa*, loc. cit., pp. 106-110 e 209-214.

(2) Rocha Peixoto, As Filigranas, in: *Portugália*, vol. II, p. 545.

(3) Por exemplo em As Olarias de Prado («desprovidos de influências cultas e porventura dotadas estruturalmente de faculdades plásticas muito restrictas»), Uma iconografia popular em azulejos («bárbaro, sem tradição nem escola... limitado em faculdades imaginativas... factura péssima, vidro péssimo... azulejo grosseiro e rude...»), As Filigranas («sem grande tradição artística... a sabida ausência de génio criador... Não há originalidade na ourivesaria portuguesa... Nós fabricamos pouco e mau...»), Os Cataventos («a humildade característica da indústria popular nacional... as veletas e outra obra artística de ferro manifestam a subalternidade portuguesa ante a sumptuosa variedade e mérito da obra similar espanhola»), e sobretudo *A Casa Portuguesa* («a indigência mental de um povo absolutamente carecido de faculdades artísticas»); etc., in: *Portugália*, I, pp. 261, 586-587, e II, pp. 545, 443 e 446; e *Serões*, 2.ª série, N.º 3, Lisboa, 1905, p. 214.

candeia, num púcaro de barro, numa capucha serrana — e que lhe dava o sentido maior da riqueza fabulosa do mundo?...

Batido pela experiência desse sonho incompreendido que se ia desmoronando, desiludido pela mediania do meio, acumulam-se as páginas amargas; é a extinção da Sociedade Carlos Ribeiro, sucumbindo, com todo o seu alto ideal da juventude, a «um meio que, por insciente, resulta hostil»; é o abandono em que se encontra a Torre do Tombo; é o comentário pungente à «triste história» da Sociedade Arqueológica Lusitana, que, após as excavações de Troia, começadas sob os melhores auspícios, «com a proteção régia, adesão de personalidades de vulto», é «logo abandonada de reis, de fidalgos, de governos, de personalidades e do público»; é a indiferença do público pela portentosa realização da carta geológica de Portugal», por «homens que o País mal conhece, e que todavia são, nessa singular obscuridade, dos que clamam e honram a Pátria lá fora»; são as palavras proféticas ⁽¹⁾ com que, a propósito do Museu de Bragança, alude aos museus regionais, que, entre nós, têm este resultado: «ao brilho do impulso inicial, que não logra aliás conquistar mais do que adesões de necessidade ou de polidez, sucede o desamparo, pouco a pouco o tumulto, e enfim a dispersão». E recordando o fogo extinto do seu ardor juvenil, então confiante e esperançoso, pôde Rocha Peixoto dizer, quase parafraseando o poeta: «Foi-se-nos lento e lento atenuando a exuberante fúria dos alvares... ⁽²⁾». O seu amor pelo estudo, pelo trabalho, pela verdade, subsiste até ao fim, vivo e intacto; mas a sua fé de antes, é agora a substância amargurada da sua decepção.

Unanimo disse, falando de Spinoza, que, «a uno le duele un brazo, a un otro la cabeza; al pequeño judío portugués de Amsterdam le duele Diós»; a Rocha Peixoto, dói-lhe, dói-lhe, e faz-nos doer a nós, o seu amor por Portugal. E nesse amor dorido pela Pátria e pela verdade, ele atinge a sua natureza poética ⁽³⁾.

(1) Rocha Peixoto, A Sociedade Carlos Ribeiro; Os Arquivos dos Municípios: Excavações Archeológicas; A Carta Geológica de Portugal; O Museu Municipal de Bragança: in: Portugalia, I, pp. 155 e 160; e II, p. 123; I, p. 650; II, p. 120, respectivamente.

(2) Rocha Peixoto, A Sociedade Carlos Ribeiro, loc. cit., p. 185.

(3) Conferência pronunciada pelo A. no Salão Nobre da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, em 18 de Maio de 1966.

Rocha Peixoto como cientista no âmbito da Etnografia e da Antropologia

por J. R. DOS SANTOS JÚNIOR
Prof. de Antrop. da Univ. do Porto

Rocha Peixoto ocupa um lugar de singular relevo na cultura portuguesa.

Foi investigador duma curiosidade insaciável, cientista servido por clara inteligência, erudito alicerçado numa ampla cultura geral, escritor dotado de real talento literário.

A sua extraordinária operosidade, o seu espírito permanentemente alerta para estudar, investigar ou divulgar tudo quanto interessava à cultura, e, dum modo geral, ao estudo do povo português, levou-o a pensar e a escrever sobre antropologia, etnografia, arqueologia, belas artes, economia, história, mineralogia, paleontologia, política e sociologia.

Trabalhador infatigável, foi um homem de acção.

O seu brilhante espírito e fulgurante inteligência permitiram-lhe trabalhar de modo assaz notável quer no Laboratório de Mineralogia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto onde foi Naturalista, quer na Biblioteca Pública e Museu Municipal do Porto de que foi director.

Mas onde o investigador e o cientista se manifestou de maneira singular e em provas de curiosidade insaciável, foi nas suas excursões por montes e vales, para visitar aldeias recônditas, perdidas nos longes das serranias, para assistir ao viver do dia a dia dos aldeãos, para ver e estudar as suas indústrias caseiras, para assistir às suas festas, para os ouvir cantar, para, em contacto directo e franca convivência, sentir as suas alegrias, as suas tristezas, os seus anseios, numa palavra, para lhes auscultar a alma.